**LEI Nº 1.843/2015.**

**Dispõe sobre aprovação do PLANO MUNICIPAL DECENAL DE EDUCAÇÃO, para o decênio 2015-2024, e adota outras providências.**

**JULIANO POZZI PEREIRA**, Prefeito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**L E I:**

**Art. 1º.** Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, que se apresenta na forma do Anexo Único desta Lei e que desta é parte integrante, com duração de dez anos, em cumprimento á Lei Federal nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001.

**Art. 2º** - Fica autorizada a instituição de Comissão Permanente de Avaliação sob a coordenação do Conselho Municipal de Educação – CME, para acompanhamento da execução e avaliação periódica do Plano Municipal de Educação.

**Parágrafo Único.** A cada dois anos, ou a qualquer tempo, extraordinariamente, o Plano será avaliado em um Fórum com a participação de autoridades do Executivo e Legislativo, educadores e representantes da sociedade civil, cabendo ao Legislativo Municipal aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas à correção de deficiências e distorções.

**Art.3º** - Os Planos Plurianuais do Município, nos próximos dez anos, deverão ser elaborados de forma a dar suporte aos objetivos e metas constantes no Plano Municipal de Educação, no que for de responsabilidade do próprio Município.

**Art. 4º.** Fica sob a responsabilidade dos Poderes Legislativo e Executivo a tarefa de divulgação do Plano objeto desta Lei, para que a sociedade dele tome conhecimento e acompanhe a sua execução.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da aprovação desta Lei correrão por conta de dotações próprias previstas em orçamento.

**Art. 6º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 10 de Junho de 2015.

**JULIANO POZZI PEREIRA**

Prefeito Municipal.



**Prefeitura Municipal de Irineópolis**

**Secretaria Municipal de Educação**

**CNPJ 83.102.558/0001-05**

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**(LEI Nº 1.843/2015 de 10/06/2015)**

**2015-2024**

Irineópolis

Junho/2015.

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015-2024**

**Administração:** 2013-2016

**Prefeito Municipal:** Juliano Pozzi Pereira

**Vice Prefeita:** Circe Neppel Sfair

**Secretária Municipal de Educação:** Lillian Eliane Batschauer Ferreira.

**Portaria N.º 508/2014 de 13 de novembro de 2014 –** Constitui comissão colaborativa para coordenar a elaboração do Plano de Educação do Sistema Municipal de Ensino de Irineópolis

**Portaria N.º 509/2014 de 13 de novembro de 2014 –** Nomeia comissão para elaboração do Plano Municipal de Educação

**COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL**

**Presidente:** Lillian Eliane Batschauer Ferreira – Secretária Municipal de Educação

**Equipe Técnica:**

Sezinanda Aparecida dos Santos – Diretora do Departamento de Educação Infantil

Karina Juraszek – Diretora do Departamento de Ensino Fundamental

Ana Paula Martins Reichardt – Administradora Escolar

Eliane de Fátima Neppel Wagner – Coordenadora das escolas do Campo

Tatiana Andreia Rucinski – Psicóloga

Juliana Nogara do Carmo – Secretária Escolar

Tania Maria Rosinski Lezan – Orientadora Escolar

Maria Joana Bueno Popia – Diretora da Escola de Jovens e Adultos

Valci Ilda Knoll Rosinski – Diretora do Grupo Escolar Dalmo Edson Sfair

Soeli Konopka Binder – Diretora do Centro de Educação Nossa Sra. Aparecida

Rogério Natalício Senff – Diretor do Núcleo Educacional Guilherme Bossow

Andréia Kastchuk Janiszewski – Diretora do Núcleo Educacional Presidente Adolfo Konder

**Decreto N.º 2.805 de 22 de abril de 2015 -** Nomeia a Comissão Organizadora do Plano Municipal de Educação de Irineópolis-SC

**COMPOSIÇÃO DA EQUIPE ORGANIZADORA**

**1. Representantes da Educação Infantil**

Dircélia Aparecida Senff Nicoluzzi

Maristela Braz de Oliveira Andrzeievski

Maria Jace Henning Zielisnki

Cidilaine Zielinski

Sonia Mara Konopka

Rozeni de Fátima Tonet

Rosane de Cássia dos Santos Corrêa

**2. Representantes do Ensino Fundamental I**

Ermínio Pavarin

Roseli de Fátima Fragoso

Marilda Senn Michahouski

Mirian Rutenski Kozoski

Alessandro Ramos dos Santos

Tamara Tatiane Staciacki Guidini Ferreira

Jocelane Marciniak Bobrovicz

Márcia Edila Prust

**3. Representantes de Ensino Fundamental II**

Quelson Marcelo Brito

Wiviane Henning

Maria Ivonete Rodrigues

Maria Pavarin

**4. Representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar**

Giliandra de Cássia Brand

**5. Representantes da Escola Especial Amor Perfeito – APAE**

Cristiana Lech

Lirian Margareth Batschauer Oliveira

**6.** **Representante do FUNDEB**

Regiane Konkel

**7. Representante do Conselho Municipal de Educação**

Wilza Carla Henning

**8. Representante da Escola de Jovens e Adultos**

Sonia Mara de Moraes Sagaz

**9. Representante do Conselho Tutelar**

Arno Dilamar Nigrin

**10. Representante da Câmara de Vereadores**

Cleusa Clarice de Lima

**11.** **Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Bernardete Konkol Fritzen

**12. Representante da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário**

Jéssica de Jesus Vieira

**13. Representante da Secretaria Municipal de Saúde**

Daniela Aparecida Fritzen

**14. Representantes da Escola de Educação Básica Horácio Nunes**

Edilson Prust

Lourdes Cristina Paratchuk

**15. Representantes da Administração Pública Municipal**

Bernardete Schuster Longo

Maria Emilia Schiessl Alberti

**16. Diretores da Rede Pública Municipal e Estadual**

Soeli Konopka Binder

Maria Joana Bueno Popia

Valci Ilda Knoll Rosinski

Sezinanda Aparecida dos Santos

Rogério Natalício Senff

Andréia Aparecida Kaschuk Janiszewski

Rosangela Rosinski.

INTRODUÇÃO

O município de Irineópolis, a partir a aprovação da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, iniciou, em novembro de 2014, o processo de adequação do seu Plano Municipal de Educação, com o objetivo de alinhá-lo ao Plano Estadual (versão preliminar) e ao Plano Nacional de Educação.

O Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, estabelece como diretrizes para a educação nacional:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, o propósito de adequação do PME é promover o alinhamento entre as diretrizes acima citadas e as políticas públicas do município para a educação do próximo decênio.

Imbuída desse objetivo, a Secretaria Municipal de Educação, sendo o órgão responsável pela elaboração do PME, realizou o lançamento dos trabalhos de adequação em 12 de novembro de 2014.

Após o lançamento, realizaram-se reuniões para expor a metodologia, os fundamentos norteadores e o cronograma dos trabalhos com os responsáveis pelo processo:

* Equipe Técnica que tem a responsabilidade de elaborar o Documento Base e propor redação do Projeto de Lei a ser encaminhado à Câmara de Vereadores
* Comissão Organizadora com a responsabilidade de validar o documento base e coordenar o processo de consulta pública;
* Fórum Municipal de Educação, com a função de acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação a partir da aprovação e sanção.

A Equipe Técnica realizou o diagnóstico do PME, a fim de retratar a situação educacional do município com relação aos níveis e modalidades de Ensino, aos profissionais da educação básica, a gestão democrática e ao financiamento da educação. Com base nesses diagnósticos, elaboraram-se as metas e estratégias do PME, alinhadas ao PEE e PNE, considerando as especificidades locais.

O Plano Municipal de Educação, através da participação efetiva dos poderes executivo e legislativo e da corresponsabilidade de toda a sociedade, no processoIrineopolitense de implementação das diretrizes e metas para o desenvolvimento da educação de Irineópolis, norteará as ações educacionais do município para o decênio 2015- 2025, visando à melhoria da qualidade da educação.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A elaboração do PME de Irineópolis tem como princípios legais a Constituição Federal, em seu artigo 214, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96, em seu Art.9, inciso I e Art. 11, inciso I, a Lei nº 13.005 de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação, a Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar nº 56/2012.

Em seu artigo 214, a Constituição Federal de 1988 determina que a União elabore para o período de dez anos o PNE, que se constituirá de objetivos, metas e estratégias em articulação com as demais esferas federativas, buscando a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do País, estabelecimento de meta e aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Ainda no que se refere à Educação, a Constituição Federal de 1988 estabelece gratuidade da educação básica do 0 aos 17 anos e também a obrigatoriedade dos 4 ao 17 anos, garantindo a mesma gratuidade para os que não tiveram acesso na idade própria de acordo com a Emenda Constitucional nº 59/2009. A Constituição Estabelece ainda que os Estados e o Distrito Federal devam atuar prioritariamente no Ensino Fundamental (6 a 14 anos) e Médio (14 a 17 anos) e os Municípios priorizarão a Educação Infantil (0 a 5 anos) e o Fundamental (6 a 14 anos). A Constituição também define que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os seus sistemas de ensino, objetivando assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Nesse sentido, o município de Irineópolis criou o Sistema Municipal de Ensino, (Lei 936/99) o qual compreende a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, as instituições de ensino fundamental e infantil, mantidas pelo poder público municipal. A referida Lei determina que a educação abranja processos formativos que são desenvolvidos nas diferentes organizações da sociedade: família, trabalho, escola, convivência humana, concebendo a educação como direito de todos e dever do estado e da família, "tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

A elaboração do PNE também está regulamentada na LDB – Lei 9394/96, no capítulo que se refere à Organização da Educação Nacional, o qual determina (inciso I do artigo 9º) que a União incumbir-se-á de elaborar o PNE, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e Municípios. A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o PNE com vigência de 10 anos, a partir de sua publicação trouxe, aos municípios e estado, em seu artigo 8º a obrigatoriedade de [...] elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1(um) ano contado da publicação desta (BRASIL, 2014).

O PME se constituirá em um conjunto integrado e articulado de metas e estratégias, na promoção de políticas públicas de curto, médio e longo prazo, promovendo, cada vez mais, a melhoria da qualidade da Educação em todos os níveis e modalidades de ensino em Irineópolis.

ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, SÓCIOECONÔMICOS E CULTURAIS.

O município de Irineópolis está localizado na área fisiográfica de Canoinhas. Limita-se ao norte com o Estado do Paraná, ao sul com os municípios de Matos Costas e Timbó Grande, a leste com o município de Canoinhas e a oeste com o município de Porto União.

Considera-se Caetano Valões como fundador da cidade. No ano de 1885 o mesmo iniciou um povoado com seus familiares que mais tarde denominou-se Valões. À época da fundação o povoado encontrava-se sob o domínio do Paraná. Seu terreno sofreu com as consequências da Questão de Limites entre Paraná e Santa Catariana; bem como com as da Guerra Sertaneja do Contestado. Suas terras passaram definitivamente para Santa Catarina com a convenção de limites assinada em 20 de outubro de 1916. Mais tarde, em 1921 a localidade foi elevada à categoria de Distrito de Porto União – SC.

Quanto aos aspectos étnicos e culturais da formação do município, os usos e costumes estão mesclados por várias culturas oriundas de grupos indígenas que ali se fixaram, bem como caboclos, tropeiros, europeus descendentes de poloneses, ucranianos, italianos, alemães e também bucovinos. A presença de indígenas está marcada pelos sinais encontrados em cavernas de difícil acesso no interior do município.

As terras foram povoadas por imigrantes e descendentes de alemães, poloneses e italianos, que trouxeram e aplicaram seus conhecimentos, auxiliando assim no desenvolvimento da região. Até hoje seus costumes e cultura fazem-se notar na localidade.

Sua emancipação político-administrativa deu-se através da Lei n.º 820 de 23 de abril de 1962, verificando-se a sua instalação em 22 de julho do mesmo ano. Neste mesmo ato passou-se a chamar Irineópolis, em homenagem ao comerciário, banqueiro e industrial, Sr. Irineu Bornhausen; este natural de Itajaí-SC, líder político em sua região e que governou o estado catarinense de 1951 a 1956.

Segundo os dados do Censo 2010, Irineópolis possui 10.450 habitantes. Destes 6.929 vivem em domicílio rural, e 3.521 em perímetro urbano. O município possui área de 591,29 km² e densidade demográfica de 17,67 hab./km². É um dos 293 municípios que integram o Estado de Santa Catarina. Encontra-se à342 km de distância de Florianópolis. Faz parte da região conhecida como planalto norte catarinense.

Seu clima é classificado como Mesotérmico úmido, sem estação seca. Temperatura média de 17°C. O município de Irineópolis é formado por um centro urbano, cinco bairros, um distrito e por várias localidades rurais. No espaço urbano encontram-se os bairros: São Francisco, Nossa Senhora Aparecida, Valões, Jardim Brand e Loteamento Plugge.

Com 762 metros acima do nível do mar, o relevo do município se constitui em várzeas e planaltos pertencentes a Serra Geral do Estado de Santa Catarina. Os pontos mais elevados do Município são: a Serra do Tamanduá (1.193m de altitude) e a Serra Grande (1.143m de altitude). Na Serra Grande está localizada a pedreira municipal de onde grande quantidade de pedra de basalto é extraída e utilizada pelos órgãos governamentais na pavimentação de vias.

O acesso principal é pela SC-460, denominada Rodovia Oscar Eugênio Grossl. No ano de 2011 foi concluída a pavimentação asfáltica do acesso secundário denominado Rodovia Municipal João de Paula Cubas. O Município conta ainda com uma balsa que faz a travessia do Rio Iguaçu, ligando o município catarinense à Paula Freitas-PR. No setor ferroviário ainda restam os trilhos da extinta RFFSA que teve importante função no desenvolvimento regional e esta há muitos anos desativada.

A educação no município de Irineópolis dispõe de rede pública estadual e municipal. A rede estadual conta com a Escola de Educação Básica Horácio Nunes, com Ensino Fundamental e Médio. A rede municipal conta no espaço rural com 4 (quatro) Escolas do Campo, que oferecem atendimento aos Anos Iniciais, e estão localizadas nas comunidades de Poço Preto, Vila Nova, Serrinha dos Gonçalves e Serra Grande; e dois Núcleos Escolares que atendem Educação Infantil e Ensino Fundamental. O Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder, situado na localidade de São Pascoal e o Núcleo Escolar Guilherme Bossow, situado na localidade de Rio Branco. Ainda no espaço rural é oferecido o atendimento à Educação Infantil em 8 (oito) creches, localizadas nas localidades de: Colônia Escada, Serra Grande, Vila Nova, Pedra Branca, São José, Santo Antônio, Serrinha dos Gonçalves e Rio Vermelho.

No perímetro urbano contamos com dois Grupos Escolares que atendem à Educação Infantil e Anos Iniciais. O Grupo Escolar Zélia Milles, situado no Bairro São Francisco e o Grupo Escolar Dalmo Edson Sfair, situado no bairro Nossa Senhora Aparecida. Contamos ainda no perímetro urbano com o Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida que atende crianças na faixa etária de 03 meses a 5 anos.

**Instituições culturais**

***Folclórica:***

* Grupo de Dança e Resgate da Cultura Polonesa TradyciePolskie (NEP Adolfo Konder);
* Grupo de Dança Alemã WeißenFluss (NE Guilherme Bossow);
* Grupo de Dança Alemã
* Grupo de Dança Polonesa – nome a definir – (CEI Nossa Senhora Aparecida).

***Museu:***

* Casarão Domit;

***Entidades Promotoras de eventos Culturais:***

* Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
* Sociedade Recreativa e Cultural de Irineópolis

***Projetos Culturais:***

* Recital de Poesia
* Mostra de Dança
* Mostras Pedagógicas (Meio Ambiente, História do Município, Ed. Infantil, A. E. E., Contestado, Mais Educação)
* Colóquio Pedagógico
* Jogos Escolares

**Dados gerais**

**Dados e características populacionais**

A população de Irineópolis apresentou, no ano de 2010, crescimento de 7,34% desde o Censo Demográfico realizado em 2000. De acordo com o IBGE, em 2010 a população da cidade alcançou 10.448 habitantes, o equivalente a 0,17% da população do Estado. O gráfico a seguir demonstra a evolução populacional do município nos últimos Censos.

Fonte: IBGE

O comparativo dos dados dos Censos Demográficos do IBGE demonstrou que Irineópolis apresentou, entre 2000 e 2010, uma taxa média de crescimento populacional da ordem de 0,73% ao ano, conforme gráfico a seguir.

Fonte: IBGE

A distribuição populacional por gênero, segundo dados do IBGE extraídos do Censo Populacional 2010, apontou que, no município, os homens representam 51,17% da população e as mulheres, 48,83%. A tabela a seguir demonstra a evolução dos dados populacionais do município, segundo gênero e localização do domicílio.

**População por Gênero**

Fonte: IBGE

**População por Localização**

Fonte: IBGE

**Faixa etária da população**

A estrutura etária de uma população é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos; os adultos, dos 20 até os 59 anos, e os idosos, dos 60 anos em diante. Segundo esta organização no município, em 2010, os jovens representavam 35,1% da população, os adultos 54% e os idosos 10,9%. O gráfico a seguir apresenta a evolução das três faixas etárias, sendo que a maior variação é atribuída aos jovens, entre os anos de 2000 e 2010.

Fonte: IBGE

**População economicamente ativa**

Ainda relacionado à faixa etária, compete mencionar a questão da população economicamente ativa (PEA), que se caracteriza por abranger todos os indivíduos de um lugar que, em tese, estariam legalmente aptos ao trabalho, ou seja, todos os indivíduos ocupados e desempregados.

No Brasil, o IBGE calcula a PEA como o conjunto de pessoas que estão trabalhando ou procurando emprego. Apesar do trabalho de crianças serem ilegal no Brasil, o IBGE calcula a PEA, considerando a faixa etária a partir dos 10 anos de idade. Uma vez que a realidade no país mostra situações diferentes do que prega a lei.

O gráfico a seguir apresenta a PEA do município para os anos de 2000 e 2010, tomando por base a metodologia do IBGE.

Fonte: IBGE

Observa-se que no decorrer dos 10 anos entre os censos do IBGE de 2000 e 2010 ocorreu uma evolução positiva de 8,5% no percentual da população economicamente ativa, passando de 46,2% no ano 2000, para 54,7% em 2010.

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma medida resumida do progresso em longo prazo, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde.

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Irineópolis, apresentado na tabela a seguir, alcançou 0,699:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Ano** | **Educação** | **Longevidade** | **Renda** | **IDH Municipal** |
| Ano 1991 | 0,138 | 0,700 | 0,524 | 0,370 |
| Ano 2000 | 0,306 | 0,781 | 0,635 | 0,533 |
| Ano 2010 | 0,567 | 0,836 | 0,720 | 0,699 |

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991, 2000 e 2010.

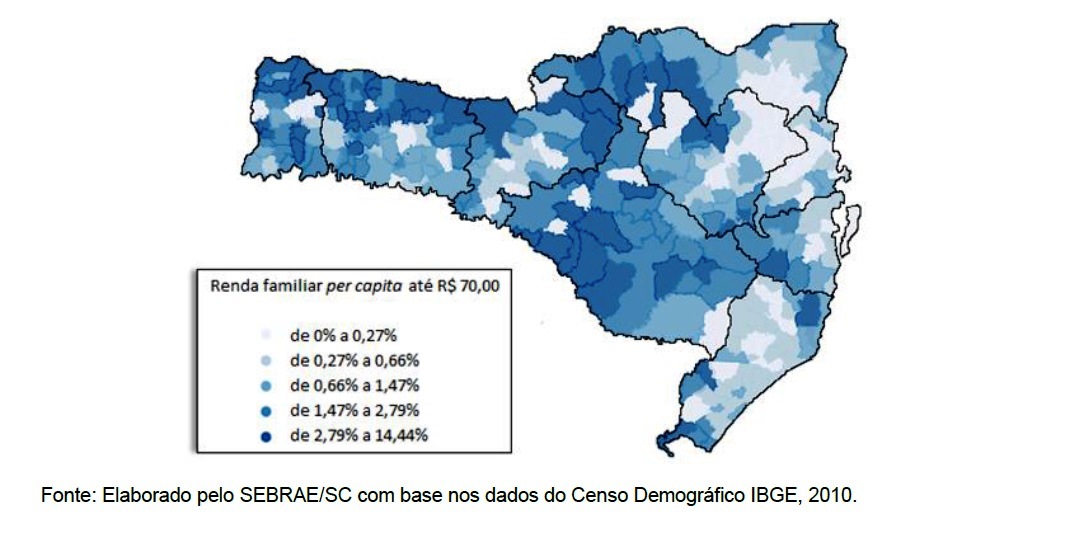
No período compreendido entre 1991 e 2010, o IDH-M acumulou evolução positiva, sendo que a Educação foi a dimensão com maior evolução passando de 0,138 em 1991, para 0,567 em 2010. O gráfico a seguir apresenta o IDH-M de Irineópolis no período 1991/2010.

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 1991, 2000 e 2010.

**Incidência de pobreza no município**

Segundo os dados do Censo 2010, o município de Irineópolis possuía a incidência de 3,5% da população com renda familiar per capita de até R$ 70,00, 13% com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo e 37% da população com renda familiar per capita de até 1/4 salário mínimo.

A figura a seguir demonstra um panorama dos municípios catarinenses frente à incidência da extrema pobreza, ou seja, com renda familiar per capita de até R$ 70,00.



INDICADORES DE SAÚDE

**Taxa de Mortalidade Infantil**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Taxa de Mortalidade Infantil** | | | |
|  | **2000** | **2007** | **2013** |
| **Brasil** | 29,02 | 19,98 | 15,02 |
| **Santa Catarina** | 18,05 | 12,80 | 10,1 |
| **Irineópolis** | 23,67 | 16,00 | 7,46 |

**Mortalidade**

* 1. Mortalidade por idade

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Mortalidade Proporcional por Idade** | | | |
|  | **2000** | **2007** | **2014** |
| <1 ano | 4 | 2 | 2 |
| 1 a 4 anos | 0 | 0 | 0 |
| 5 a 9 anos | 0 | 0 | 0 |
| 10 a 19 anos | 0 | 1 | 2 |
| 20 a 29 anos | 2 | 3 | 3 |
| 30 a 39 anos | 6 | 5 | 5 |
| 40 a 49 anos | 7 | 3 | 7 |
| 50 a 59 anos | 5 | 6 | 4 |
| 60 a 69 anos | 19 | 8 | 9 |
| 70 a 79 anos | 11 | 16 | 10 |
| 80 anos e mais | 10 | 15 | 16 |
| **Total** | **64** | **59** | **58** |

* 1. Mortalidade por gênero e principais causas

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Mortalidade Proporcional por Gênero e principais causas.** | | | | | | |
|  | **2000** | | **2007** | | **2014** | |
| **Masc.** | **Fem.** | **Masc.** | **Fem.** | **Masc.** | **Fem.** |
| Neoplasias (tumores) | 03 | 07 | 09 | 02 | 11 | 03 |
| Doenças do sistema respiratório | 02 | 05 | 05 | 04 | 09 | 04 |
| Doenças do sistema circulatório | 12 | 15 | 08 | 07 | 07 | 06 |
| Causas externas (acidentes, homicídios e suicídios) | 05 | 02 | 06 | - | 05 | 03 |
| Outras causas | 06 | 03 | 03 | 04 | 03 | 05 |
| **Total** | **28** | **32** | **31** | **17** | **35** | **21** |

**Nascidos Vivos**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nascidos Vivos** | | | |
|  | **2004** | **2007** | **2013** |
| **Brasil** |  |  |  |
| **Santa Catarina** | 85.475 | 82.168 | 89.760 |
| **Irineópolis** | 158 | 125 | 134 |

**Gravidez na Adolescência**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Idade / Ano** | **2012** | **2013** | **2014** |
| **10 a 12 anos** | - | - | - |
| **13 anos** | - | 02 | - |
| **14 anos** | - | 01 | 02 |
| **15 anos** | 03 | 01 | 01 |
| **16 anos** | 05 | 01 | 05 |
| **17 anos** | 10 | 05 | 04 |
| **18 anos** | 05 | 10 | 02 |
| **19 anos** | 04 | 06 | 05 |
| **Total** | **27** | **26** | **19** |

**Vacinação HPV**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **VACINAÇÃO HPV NAS ESCOLAS** | | | | |
|  | **2014** | | **2015** | |
| **1ª dose** | **2ª dose** | **1ª dose** | **2ª dose** |
| 09 anos | \* | \* | 56 | \*\* |
| 10 anos | \* | \* | 79 | \*\* |
| 11 anos | 135 | 46 | 22 | 14 |
| 12 anos | 65 | 66 | \* | 02 |
| 13 anos | 94 | 84 | \* | \*\* |
| 14 anos | \* | 44\*\*\* | \* | \*\* |

*(\*) Grupo não se enquadra na vacinação do período.*

*(\*\*) Segunda dose será no mês de setembro/2015.*

*(\*\*\*) Meninas vacinadas com 13 anos na 1ª dose.*

***Fontes:***

*Secretaria Municipal de Saúde de Irineópolis*

*Secretaria de Estado da Saúde disponível em:* [*http://www.saude.sc.gov.br/*](http://www.saude.sc.gov.br/)

[*http://www.saude.sc.gov.br/cgi/Ind\_Mortalidade\_Fichas/SC\_mortalidadeinfantil.pdf*](http://www.saude.sc.gov.br/cgi/Ind_Mortalidade_Fichas/SC_mortalidadeinfantil.pdf)

[*http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Irineopolis.pdf*](http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Irineopolis.pdf)

[*http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\_m/irineópolis\_sc*](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/irineópolis_sc)

DADOS E CARACTERÍSTICAS POPULACIONAIS

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Irineópolis | 1991 | 2000 | 2010 |
| TOTAL | 9.762 | 9.734 | 10.450 |
| Rural | 72,9% | 69,55% | 66,32% |
| Urbana | 27,1% | 30,45% | 33,68% |

Fonte: IBGE

**População por faixa etária**

|  |  |
| --- | --- |
| **IDADE** | |
| 0 – 4 | 7,65% |
| 5 – 9 | 8,3% |
| 10 – 14 | 10,1% |
| 15 – 19 | 8,95% |
| 20 – 24 | 8,35% |
| 25 – 29 | 8,35% |
| 30 – 39 | 15,2% |
| 40 – 49 | 13,4% |
| 50 – 59 | 8,75% |
| 60 – 69 | 6,15% |
| 70 – 79 | 3,5% |
| 80 – 89 | 1,14% |
| 90 – 99 | 0,16% |
| 100+ | 0% |

Fonte: IBGE

**População por Gênero**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **SEXO** | | | |
|  | **Masculino**  **53 %** |  | **Feminino**  **47%** |

Fonte: IBGE

**População por raça**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ETNIA | FAIXA ETÁRIA | N.º HABITANTES | TOTAL | PORCENTAGEM |
| AMARELA | 0 – 4 | 01 | 08 | 0,08% |
| 5 – 9 | 00 |
| 10 – 14 | 00 |
| 15 – 19 | 00 |
| 20 – 24 | 00 |
| 25 – 29 | 00 |
| 30 – 39 | 03 |
| 40 – 49 | 02 |
| 50 – 59 | 01 |
| 60 – 69 | 01 |
| + 70 | 00 |
| BRANCA | 0 – 4 | 655 | 7896 | 75,56% |
| 5 – 9 | 632 |
| 10 – 14 | 770 |
| 15 – 19 | 703 |
| 20 – 24 | 657 |
| 25 – 29 | 662 |
| 30 – 39 | 1166 |
| 40 – 49 | 1090 |
| 50 – 59 | 702 |
| 60 – 69 | 482 |
| + 70 | 377 |
| INDÍGENA | 0 – 4 | 00 | 11 | 0,11% |
| 5 – 9 | 00 |
| 10 – 14 | 00 |
| 15 – 19 | 00 |
| 20 – 24 | 00 |
| 25 – 29 | 02 |
| 30 – 39 | 02 |
| 40 – 49 | 02 |
| 50 – 59 | 02 |
| 60 – 69 | 00 |
| + 70 | 03 |
| PARDA | 0 – 4 | 142 | 2363 | 22,61% |
| 5 – 9 | 222 |
| 10 – 14 | 272 |
| 15 – 19 | 218 |
| 20 – 24 | 202 |
| 25 – 29 | 192 |
| 30 – 39 | 387 |
| 40 – 49 | 283 |
| 50 – 59 | 190 |
| 60 – 69 | 149 |
| + 70 | 106 |
| PRETA | 0 – 4 | 09 | 170 | 1,64% |
| 5 – 9 | 13 |
| 10 – 14 | 15 |
| 15 – 19 | 13 |
| 20 – 24 | 12 |
| 25 – 29 | 13 |
| 30 – 39 | 33 |
| 40 – 49 | 26 |
| 50 – 59 | 16 |
| 60 – 69 | 08 |
| + 70 | 12 |
| SEM DECLARAÇÃO | 0 – 4 | 00 | 00 | 0,00% |
| 5 – 9 | 00 |
| 10 – 14 | 00 |
| 15 – 19 | 00 |
| 20 – 24 | 00 |
| 25 – 29 | 00 |
| 30 – 39 | 00 |
| 40 – 49 | 00 |
| 50 – 59 | 00 |
| 60 – 69 | 00 |
| + 70 | 00 |

Fonte: IBGE

INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO

O município de Irineópolis tem uma infraestrutura considerada boa, se comparada com os números nacionais. Quase 100% da população tem acesso à energia elétrica. Estima-se que 48% da população são atendida com água tratada.

**Resíduos sólidos urbanos**

Atualmente temos uma geração de 80 toneladas/mês, sendo coletado no perímetro urbano e no interior do município. Contamos com a UTC (unidade de triagem e compostagem) onde todo o lixo coletado é destinado, sendo separado e reciclado. A UTC é administrada por uma associação de catadores conveniada com a prefeitura, a qual ajuda de subvenção na manutenção da unidade.

Cabe à Educação atuar na conscientização da separação dos resíduos sólidos e nas questões ambientais e sociais envolvidas nesse processo.

DADOS ECONÔMICOS

**Produto Interno Bruto - PIB**

**O PIB Municipal**

|  |  |
| --- | --- |
| Produto Interno Bruto 2014 | 196.000.000,00 |

|  |  |
| --- | --- |
| Renda per capta 2014 | 1.282,28/mês |

**Emprego tipo por setor**

Agricultura 14.58%

Indústria: 11.97%

Serviços: 48.69%

Comércio: 24.76%

Fonte: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

DADOS EDUCACIONAIS:

A Educação Básica constitui o primeiro nível de educação escolar brasileira e está organizada em 3 etapas: Educação Infantil (crianças de 0 a 5 anos), Ensino Fundamental (de 6 a 14 anos) e Ensino Médio (15 a 17 anos).

Considerando as especificidades, o município de Irineópolis oferece as seguintes modalidades de ensino: Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação do Campo. Para o atendimento da demanda, o município vem ampliando, progressivamente, Educação em Tempo Integral em todas as etapas da Educação Básica.

**Índice de alfabetização:**

No que se refere a população com 15 anos ou mais de idade, Irineópolis tem uma taxa próxima a média nacional e um pouco abaixo da média do estado de Santa Catarina.

|  |  |
| --- | --- |
| **Taxa de Alfabetização** | |
| Brasil | 91,50% |
| Santa Catarina | 96,50% |
| Irineópolis | 92,90%\* |

\*FONTE:<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/alfbr.def> - 2010.

Este índice está muito próximo da universalização prevista no Plano Nacional de Educação.

**Estrutura de atendimento educacional: relação de escolas**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Escola participante do Censo** | **Dep. Adm.** | **Local** |
| Escola de Educação Básica Horácio Nunes | ESTADUAL | URBANA |
| Grupo Escolar Dalmo Edson Cair | MUNICIPAL | URBANA |
| Grupo Escolar Zélia Miles | MUNICIPAL | URBANA |
| Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida | MUNICIPAL | URBANA |
| Educação de Jovens e Adultos (EJA) | MUNICIPAL | URBANA |
| Escola Isolada Serra dos Gonçalves | MUNICIPAL | RURAL |
| Escola Isolada Serra Grande | MUNICIPAL | RURAL |
| Escola Isolada Vila Nova do Timbó | MUNICIPAL | RURAL |
| Escola Reunida Jandira Brandel de Souza | MUNICIPAL | RURAL |
| Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder | MUNICIPAL | RURAL |
| Escola Isolada Colônia Escada | MUNICIPAL | RURAL |
| Núcleo Educacional Guilherme Bossow | MUNICIPAL | RURAL |
| Unidade de Creche Pedra Branca | MUNICIPAL | RURAL |
| Centro de Educação Infantil Rio Vermelho | MUNICIPAL | RURAL |
| Centro de Educação Infantil Santo Antônio | MUNICIPAL | RURAL |
| Centro de Educação Infantil São José do Timbózinho | MUNICIPAL | RURAL |

Segundo dados estimados do ano de 2014, as escolas acima atendem cerca de 33,96% das crianças de 0 a 3 anos, 86,72% das crianças de 4 e 5 anos e 88,11% da população de 6 à 17 anos, esses dados vem numa crescente se comparado aos obtidos nos últimos censos (1991, 2000 e 2010). Segundo as metas do PNE, deve-se universalizar o acesso para os alunos 4 à 17 anos e atender 50% das crianças de 0 a 3 anos até o final do plano.

**Estabelecimento de ensino por dependência administrativa**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Estabelecimentos de ensino segundo a Etapa/Modalidade Ministrada no ano de 2014** | | | | |
| **Tipo de Estabelecimento** | **Total** | **Municipal** | **Estadual** | **Privada** |
| Educação Infantil Creche | 10 | 10 | - | - |
| Educação Infantil Pré Escola | 06 | 06 | - | - |
| Ensino Fundamental | 09 | 08 | 01 | - |
| Ensino Médio | 01 | - | 01 | - |
| Educação de Jovens e Adultos | 02 | 01 | 01 | - |

Fonte: EVN gestão (ano 2014)

Segundo a LDB 9394/96, é obrigação do Estado à oferta das Séries Finais do Ensino Fundamental, além do Ensino Médio.

Segundo dados apurados junto a Secretaria Municipal de Educação de Irineópolis juntamente com a Secretaria da Escola de Educação Básica Horácio Nunes, os atendimentos da população escolar apresentou-se da seguinte forma no ano letivo de 2014:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Creche | Pré-Escola | Anos Iniciais | Anos Finais | Ensino Médio |
| Municipal | 100% | 100% | 94,26 | 41,19% | - |
| Estadual | - | - | 5,74 | 58,81% | 100% |
| Privada | - | - | - | - | - |

**Taxa de alunos por esfera**

Podemos perceber pelo gráfico acima a distribuição dos alunos no município por dependência administrativa; nota-se que o Ensino Infantil é unicamente oferecido na Rede Municipal, à medida que se avança em idade escolar é visível a presença do estado. Iniciando, em menor escala pelo Ensino Fundamental, nas Séries Iniciais, ampliando-se a oferta para os Anos Finais e atingindo então o Ensino Médio como sendo plenamente suprido pela esfera estadual.

EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é um direito das crianças de 0 a 5 anos garantido na Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e que, na LDB - Lei 9394/96, passa a ser tratada como a primeira etapa da Educação Básica. Ela tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, contemplando a ação da família e da comunidade.

O compromisso de oferecer acesso à Educação Infantil se consolidou ainda mais a partir da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 (que altera a Lei nº 9394/1996), a qual torna obrigatório o ensino de 4 a 17 anos.

O município de Irineópolis possui 01 Centro de Educação Infantil e 07 Creches Rurais que atendem à educação infantil, todas da rede municipal.

O Plano Nacional de Educação estabelece como meta que até 2016 50% das crianças de 0 a 3 anos e 100% das crianças de 4 e 5 anos estejam nas escolas.

**População entre 0 e 5 anos:**

Os dados atuais mostram que a população de crianças até 5 anos tem apresentado gradativa diminuição na comunidade irineopolitense nas ultimas duas décadas.

**População de 0 a 5 anos em Irineópolis**

Fonte: IBGE

**Percentual de matrículas na Educação Infantil:**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | % de 0 a 3 anos na escola | | | % de 4 a 5 anos na escola | | |
| 2000 | 2010 | 2014\* | 2000 | 2010 | 2014\* |
| Brasil | 9,43 | 23,20 | - | 51,41 | 81,4 | - |
| Santa Catarina | 12,89 | 38,50 | - | 51,73 | 84,0 | - |
| Irineópolis | 7,06 | 29,34 | 35,29\*\* | 12,59 | 43,36 | 86,72\*\* |

Fonte: IBGE

\*Estimativa

\*\*Fonte EVN Gestão 2014.

A tabela anterior demonstra a evolução das matriculas da educação infantil, onde nota-se o aumento de alunos frequentando a Educação Infantil.

O gráfico a seguir demonstra a exclusividade da Rede Municipal na oferta da Educação Infantil no município de Irineópolis.

**Matrículas na Creche**

Fonte: EVN Gestão 2014 e SISGESC 2014.

**Matrículas no Pré**

Ao compararmos os gráficos referentes às matrículas da creche e pré-escola percebe-se uma estabilidade quanto ao número de crianças matriculadas na creche (variando entre 215 e 227 nos últimos 03 anos). No caso da pré-escola percebe-se um considerável aumento na quantidade de matrículas, que deverá permanecer ocorrendo devido à nova legislação que estabelece a obrigatoriedade de acesso e permanência nessas esferas.

**Média de alunos por turma:**

|  |  |
| --- | --- |
| **Professores X Quantidade de Crianças** | |
|  | Situação Atual |
| Berçário | 08 a 10 crianças |
| Maternal | 10 a 12 crianças |
| Maternal II | 15 a 20 crianças |
| Pré-Escola | 20 a 25 crianças |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Média de alunos por turma** | | | | | | | |
|  | | 2012 | | 2013 | | 2014 | |
|  | Rede | Creche | Pré-Escola | Creche | Pré-Escola | Creche | Pré-Escola |
| Brasil | Estadual | 15,2 | 18,7 | 14,1 | 19 | - | - |
| Municipal | 17,4 | 19,5 | 17,1 | 19,4 | - | - |
| Privada | 12,4 | 14,5 | 12,3 | 14,7 | - | - |
| Santa Catarina | Estadual | 15,5 | 18,3 | 16 | 12,5 | - | - |
| Municipal | 15 | 17,6 | 14,9 | 17,5 | - | - |
| Privada | 12,9 | 15,1 | 13 | 15,3 | - | - |
| Irineópolis | Estadual | - | - | - | - | - | - |
| Municipal | 13,76 | 17,8 | 14,68 | 15,29 | 13,5 | 21,93 |
| Privada | - | - | - | - | - | - |

Fonte: EVN Gestão 2014 e SISGESC 2014.

**Média de Alunos por Turma – Creche**

**Média de Alunos por Turma – Pré**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Esfera** | | **Creche** | **Pré-Escola** |
| Urbana | Municipal | 16,29 | 22,75 |
| Privada | - | - |
| Rural | Municipal | 11,33 | 25 |

Fonte: EVN Gestão 2014 e SISGESC 2014.

**Média de alunos por turma**

**em cada estabelecimento de ensino no ano de 2014:**

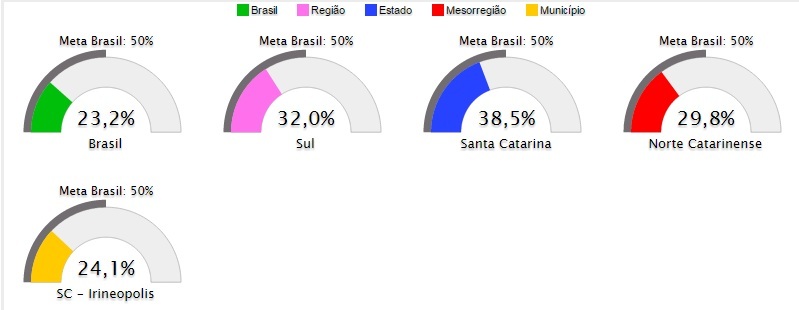
|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nome da Escola** | **Local** | **Rede** | **Creche** | **Pré-Escolar** |
| Grupo Escolar Dalmo Edson Sfair | Urbana | Municipal | - | 16,5 |
| Grupo Escolar Zélia Miles | Urbana | Municipal | - | 19,75 |
| Centro de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida\* | Urbana | Municipal | 16,29 | 23,33 |
| Escola Isolada Serra dos Gonçalves | Rural | Municipal | 6 | 21 |
| Escola Isolada Serra Grande | Rural | Municipal | 11 | - |
| Escola Isolada Vila Nova do Timbó | Rural | Municipal | 11 | - |
| Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder | Rural | Municipal | 12 | 25,5 |
| Núcleo Educacional Guilherme Bossow | Rural | Municipal | 9 | 26,5 |
| Unidade de Creche Pedra Branca | Rural | Municipal | 11 | - |
| Centro de Educação Infantil Rio Vermelho | Rural | Municipal | 17 | - |
| Centro de Educação Infantil Santo Antônio | Rural | Municipal | 13 | - |
| Centro de Educação Infantil São José do Timbózinho | Rural | Municipal | 12 | - |

Fonte: EVN Gestão 2014 e SISGESC 2014.

\*Considerando-se os alunos das turmas de Berçário e Maternal como alunos em idade de Creche.

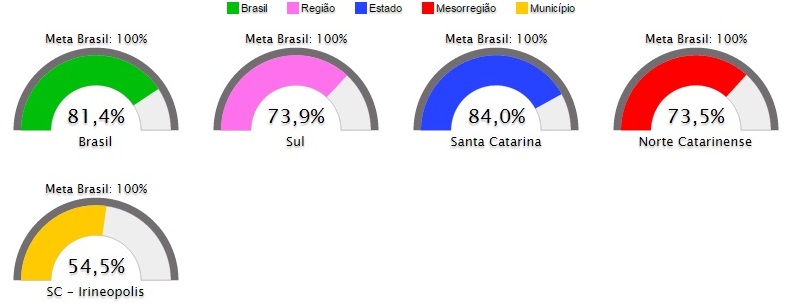
Com relação ao percentual de alunos atendidos, na faixa etária de 0 a 5 anos dados apresentados nas Figuras 1 e 2 demonstram o percentual de atendimento dessa faixa etária, possibilitando relacionar com o cenário estadual e nacional

Figura 1: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola, no Município de Irineópolis SC



FONTE: <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>

Figura 2: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola, no Município de Irineópolis SC



FONTE: <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>

Observando-se os dados referentes ao atendimento da população de 0 a 3 anos verifica-se que o município de Irineópolis não se encontra próximo do que determina a meta nacional, atendendo atualmente apenas a 24,1% da população nesta faixa etária. No que se refere à universalização da Educação Infantil na pré-escola, os números também não estão próximos ao que determina a meta, alcançando um total de apenas 54,5% de crianças matriculadas. Nessa análise cabe destacar a necessidade de traçar estratégias que possibilitem alcançar a meta.

ENSINO FUNDAMENTAL

O Ensino Fundamental, segunda etapa da Educação Básica, é obrigatório e gratuito. É prioridade oferecê-lo a toda população brasileira, inclusive aos que não tiveram acesso, em idade própria, de acordo com o artigo 208, Inciso I da Constituição Federal Brasileira. A população dessa Etapa da Educação Básica compreende a faixa etária de 6 a 14 anos. O artigo 32, da LDB - Lei 9394/96- determina que o ensino fundamental tenha por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A figura 3 demonstra que o percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola em Irineópolis é de 97,5%, índice próximo da universalização dessa etapa de ensino, conforme o que determina a meta 02 do Plano Nacional de Educação (PNE), sendo possível fazer um comparativo desse atendimento com o Brasil, Região Sul, Santa Catarina e o Norte Catarinense.

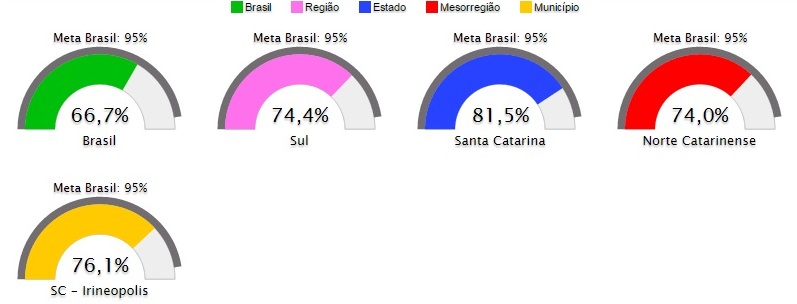
Figura 3: Percentual da População de 6 a 14 anos que frequenta a escola em Irineópolis SC



**FONTE:** <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>

Segundo dados do SIMEC/MEC, a porcentagem de jovens de 16 anos que concluíram o Ensino Fundamental no município de Irineópolis é de 76,1%, não atingindo o índice estabelecido pelo PNE, que é de 95% de alunos na idade adequada, conforme figura 4.

Figura 4: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído, no Município de Irineópolis, SC



**FONTE:** <http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>

Para atingir a meta de 95% de alunos matriculados na idade adequada é necessário o desenvolvimento de ações para a redução da distorção idade-série que indica o percentual de alunos matriculados em uma etapa não compatível com sua idade.

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

No município, existem 02 Núcleos Educacionais, 02 Grupos Escolares e 04 Escolas Rurais que disponibilizam vagas no Ensino Fundamental para os Anos Iniciais, todas da rede pública municipal.

**População entre 06 e 10 anos:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **População entre 6 e 10 anos** | | |
| 1991 | 2000 | 2010 |
| 1234 | 967 | 950 |

Fonte: IBGE

A tabela anterior e o gráfico seguinte demonstram que a população irineopolitense de crianças entre 06 e 10 anos tem diminuído nos últimos anos, tendência essa que vem acompanhando a redução do número de crianças com idade inferior a 5 anos.

**População de 6 a 10 anos em Irineópolis**

**Matriculas ensino fundamental – anos iniciais:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Matrículas em Irineópolis** | | | |
| **Ano** | **Rede** | **Irineópolis** |
| 2012 | Municipal | 830 |
| Estadual | 96 |
| Total | 926 |
| 2013 | Municipal | 856 |
| Estadual | 45 |
| Total | 901 |
| 2014 | Municipal | 838 |
| Estadual | 63 |
| Total | 901 |

Fonte: EVN Gestão 2014 e SISGESC 2014.

**Média de alunos por turma:**

|  |  |
| --- | --- |
| **Professores X Quantidade de Crianças** | |
|  | Situação Atual |
| 1º ao 5º ano | 25 a 30 crianças |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Média de alunos por turma** | | | | |
|  | Rede | 2012 | 2013 | 2014 |
| Brasil | Estadual | 23,7 | 23,3 | - |
| Municipal | 22,6 | 22,4 | - |
| Privada | 17,7 | 17,8 | - |
| Público | 22,8 | 22,6 | - |
| Santa Catarina | Estadual | 20,9 | 21,1 | - |
| Municipal | 19,7 | 19,8 | - |
| Privada | 19,5 | 19,5 | - |
| Público | 20,1 | 20,2 | - |
| Irineópolis | Estadual | 24 | 22,5 | 25,5 |
| Municipal | 12,8 | 17,9 | 17,26 |

Fonte: EVN Gestão 2014 e SISGESC 2014.

Nota-se pela tabela acima que a média de alunos por turma no município tem se mantido dentro da situação esperada, e em alguns casos bem abaixo desse valor.

.

**Média de alunos por turma em cada estabelecimento de ensino no ano de 2014**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nome da Escola** | **Local** | **Rede** | **Anos Iniciais** |
| Grupo Escolar Dalmo Edson Sfair | Urbana | Municipal | 21,22 |
| Grupo Escolar Zélia Miles | Urbana | Municipal | 21,89 |
| Escola Isolada Serra dos Gonçalves | Rural | Municipal | 11 |
| Escola Isolada Serra Grande | Rural | Municipal | 12 |
| Escola Isolada Vila Nova do Timbó | Rural | Municipal | 15 |
| Escola Reunida Jandira Brandel de Souza | Rural | Municipal | 14,5 |
| Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder | Rural | Municipal | 20,75 |
| Núcleo Educacional Guilherme Bossow | Rural | Municipal | 21,7 |
| Escola de Educação Básica Horácio Nunes | Urbana | Estadual | 25,5 |

Fonte: EVN Gestão 2014 e SISGESC 2014.

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS

No município, existem 02 Núcleos Educacionais e 01 Colégio que disponibilizam vagas no Ensino Fundamental para os Anos Finais. Sendo os dois Núcleos Educacionais da rede municipal e o Colégio da rede estadual.

**População entre 11 e 14 anos:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **População entre 11 e 14 anos** | | |
| 1991 | 2000 | 2010 |
| 914 | 778 | 800 |

Fonte: IBGE

**População de 11 a 14 anos em Irineópolis**

O gráfico aponta que a população de jovens de 11 a 14 anos do município vem acompanhando a tendência das crianças com idade inferior e tem caído nos últimos anos.

**Matriculas ensino fundamental – anos finais:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Matrículas em Irineópolis** | | | |
| **Ano** | **Rede** | **Irineópolis** |
| 2012 | Municipal | 252 |
| Estadual | 393 |
| Total | 645 |
| 2013 | Municipal | 263 |
| Estadual | 390 |
| Total | 653 |
| 2014 | Municipal | 229 |
| Estadual | 451 |
| Total | 680 |

Fonte: EVN Gestão 2014 e SISGESC 2014.

Constata-se uma maior presença do Estado nesta etapa de ensino. O município encarrega-se da oferta deste nível na área rural, em seus dois Núcleos Escolares. A Escola Estadual absorve a demanda urbana.

**Média de alunos por turma:**

|  |  |
| --- | --- |
| **Professores X Quantidade de Crianças** | |
|  | Situação Atual |
| 6º ao 9º ano | 30 a 35 crianças |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Esfera** | | **Anos Finais** |
| Urbana | Municipal | - |
| Estadual | 29,73 |
| Rural | Municipal | 25,44 |

Fonte: EVN Gestão 2014 e SISGESC 2014.

**Média de alunos por turma em cada estabelecimento de ensino**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nome da Escola** | **Local** | **Rede** | **Anos Finais** |
| Núcleo Escolar Presidente Adolfo Konder | Rural | Municipal | 22,75 |
| Núcleo Educacional Guilherme Bossow | Rural | Municipal | 27,6 |
| Escola de Educação Básica Horácio Nunes | Urbana | Estadual | 29,73 |

Fonte: EVN Gestão 2014 e SISGESC 2014.

Seguindo as tendências das series anteriores a quantidade média de alunos em cada turma está abaixo do valor médio esperado pelo município.

**Média de alunos por turma em cada escola no ano de 2014.**

IDEB – ENSINO FUNDAMENTAL

O Ministério da Educação, visando à melhoria da qualidade da Educação Básica, bem como à melhoria do fluxo escolar, desenvolveu através do INEP, o IDEB em 2007, que sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática.

O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, SAEB e a Prova Brasil.

Segundo Portal INEP:

A série histórica de resultados do IDEB se inicia em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um IDEB igual a 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência (INEP).

Esse índice também é calculado nos Anos Finais do Ensino Fundamental. A Tabela e o gráfico abaixo apontam a série histórica do IDEB em Irineópolis SC, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

**IDEB – Séries Iniciais**

| **http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1images/spacer.gif** | **Ideb Observado** | | | | | **Metas Projetadas** | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Município** | **2005** | **2007** | **2009** | **2011** | **2013** | **2007** | **2009** | **2011** | **2013** | **2015** | **2017** | **2019** | **2021** |
| IRINEOPOLIS | 4.3 | 4.7 | 4.9 | 5.7 | 5.9 | 4.3 | 4.7 | 5.1 | 5.3 | 5.6 | 5.9 | 6.1 | 6.4 |

**Evolução do IDEB – Séries Iniciais**

O gráfico aponta a evolução das notas do IDEB nas Séries Iniciais no município. Observa-se ainda o alcance e superação da meta proposta pelo MEC nos anos de 2011 e 2013.

**IDEB – Séries Finais**

| **http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1images/spacer.gif** | **Ideb Observado** | | | | | **Metas Projetadas** | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Município** | **2005** | **2007** | **2009** | **2011** | **2013** | **2007** | **2009** | **2011** | **2013** | **2015** | **2017** | **2019** | **2021** |
| IRINEOPOLIS | 3.7 | 4.1 | 4.3 | 4.5 | 4.4 | 3.8 | 3.9 | 4.2 | 4.6 | 5.0 | 5.2 | 5.5 | 5.7 |

**Evolução do IDEB – Anos Finais**

O gráfico aponta uma queda no rendimento dos alunos na etapa das Séries Finais no ano de 2013 com relação ao ano anterior. O município já vem se mobilizando para reverter esse quadro através de novas metodologias de ensino e adesão de programas governamentais de suporte pedagógico.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NAS ESCOLAS DE IRINEÓPOLIS EM 2013

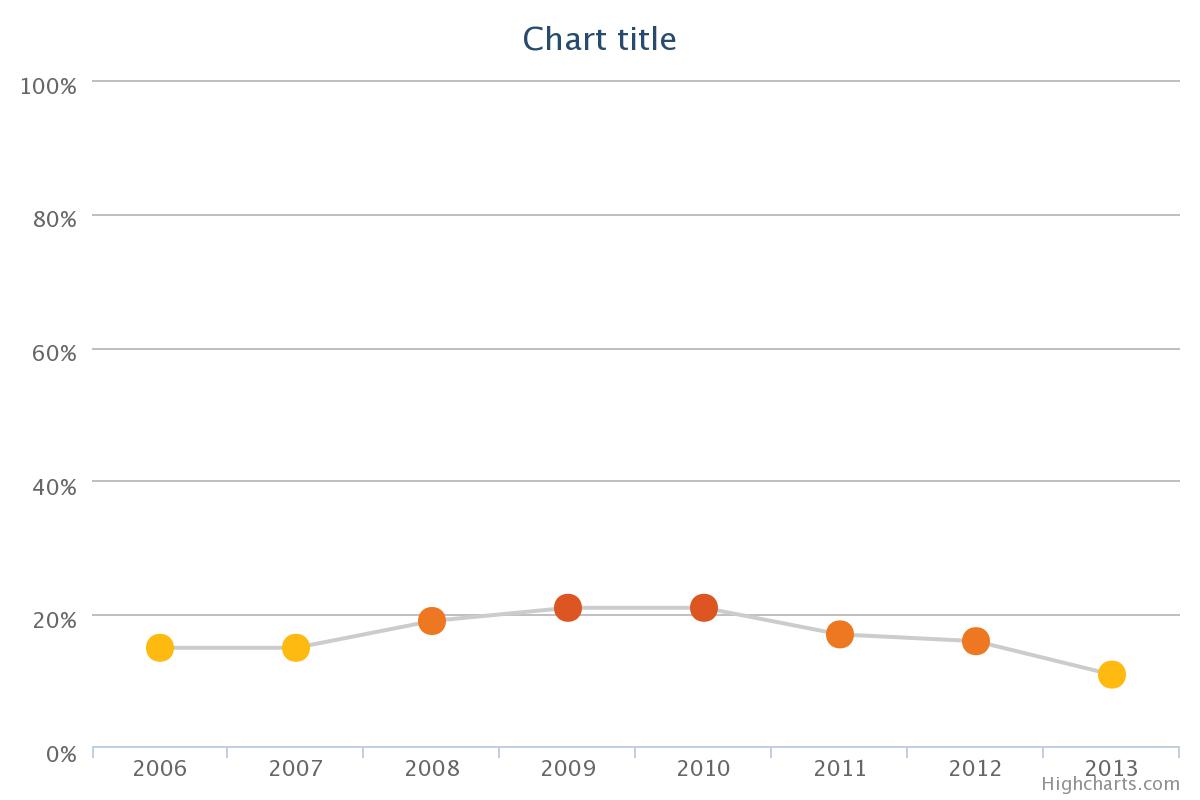
Para atingir a meta de 95% de alunos matriculados na idade adequada, é necessário o desenvolvimento de ações para a redução da distorção idade- série que indica o percentual de alunos matriculados em uma etapa não compatível com sua idade.

**Taxa de Distorção Série Idade Anos Iniciais –**

**Ensino Fundamental de Irineópolis – Por unidade escolar**

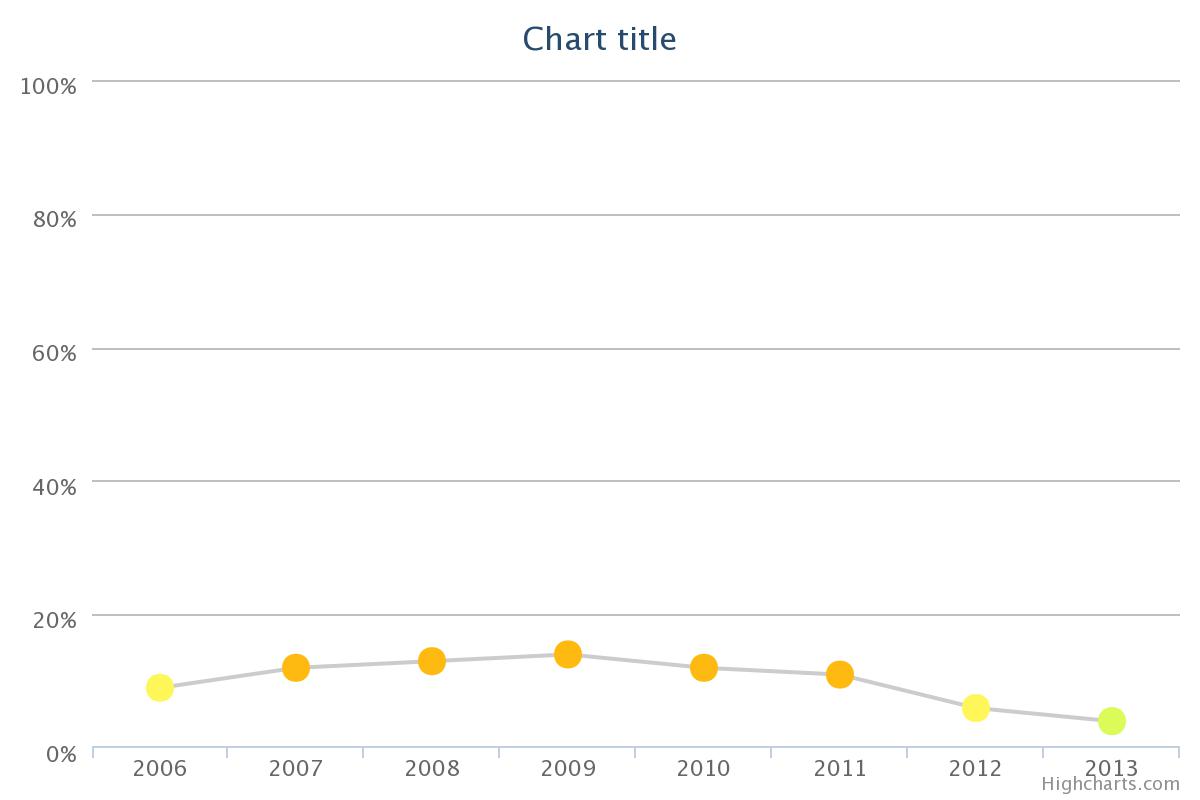
|  |  |
| --- | --- |
| **Nome da Escola** | **Distorção Idade-Série** |
| [ESCOLA REUNIDA JANDIRA BRANDEL DE SOUZA](http://www.qedu.org.br/escola/216468/distorcao-idade-serie?stageId=initial_years) | 17% |
| ESCOLA ISOLADA [BOM SOSSEGO II](http://www.qedu.org.br/escola/216469/distorcao-idade-serie?stageId=initial_years) | 11% |
| [EICOLONIA ESCADA](http://www.qedu.org.br/escola/216470/distorcao-idade-serie?stageId=initial_years) | 0% |
| ESCOLA ISOLADA [SAO SEBASTIAO DO BOM RETIRO](http://www.qedu.org.br/escola/215885/distorcao-idade-serie?stageId=initial_years) | 5% |
| ESCOLA ISOLADA [SERRA DOS GONCALVES](http://www.qedu.org.br/escola/216472/distorcao-idade-serie?stageId=initial_years) | 9% |
| EEI [SERRA GRANDE](http://www.qedu.org.br/escola/219177/distorcao-idade-serie?stageId=initial_years) | 7% |
| [ESCOLA ISOLADA VILA NOVA DO TIMBO](http://www.qedu.org.br/escola/216486/distorcao-idade-serie?stageId=initial_years) | 11% |
| EEB [HORACIO NUNES](http://www.qedu.org.br/escola/216487/distorcao-idade-serie?stageId=initial_years) | 4% |
| GE [ZELIA MILLES](http://www.qedu.org.br/escola/225860/distorcao-idade-serie?stageId=initial_years) | 10% |
| NUCLEO [ESCOLAR PRESIDENTE ADOLFO KONDER](http://www.qedu.org.br/escola/222317/distorcao-idade-serie?stageId=initial_years) | 13% |
| GE [DALMO EDSON SFAIR](http://www.qedu.org.br/escola/216272/distorcao-idade-serie?stageId=initial_years) | 10% |
| NUCLEO EDUCACIONAL [GUILHERME BOSSOW](http://www.qedu.org.br/escola/217088/distorcao-idade-serie?stageId=initial_years) | 12% |

**Distorção Idade-Série, Irineópolis Rede Municipal, 2006 até 2013.**



*Fonte: Inep, 2013. Organizado por Meritt, 2014*

**Distorção Idade-Série, Irineópolis Rede Estadual, 2006 até 2013.**

****

*Fonte: Inep, 2013. Organizado por Meritt, 2014*

Para compreender a taxa de distorção Idade-Série, é necessário observar os índices de aprovação, reprovação e abandono expressos nas tabelas abaixo:

**Taxa de Aprovação/ Todas as Redes**

**1.º ao 9.º Ano – Município de Irineópolis**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ANO | 1.º Ano | 2.º Ano | 3.º Ano | 4.º Ano | 5.º Ano | 6.º Ano | 7.º Ano | 8.º Ano | 9.º Ano |
| 2013 | 98,8% | 100% | 90% | 93,5% | 96,4% | 90,7% | 93,5% | --x-- | 88,7% |
| 2011 | 95,4% | 87,6% | 88,2% | 92,5% | 96,2% | --x-- | 98,1% | 94,5% | 99,5% |
| 2009 | 98,8% | 85,9% | 95,3% | --x-- | 98,4% | 87,3% | 82,1% | 91,7% | 92,9% |
| 2007 | 93,9% | --x-- | 81,1% | 93,7% | 92,7% | 88,2% | 80,5% | 81,4% | 92,3% |
| 2005 | --x-- | 75,5% | 88,4% | 88,6% | 98,1% | 81,3% | 87,6% | 78,4% | 91,9% |

Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/714-irineopolis/ideb> (Anos Iniciais)

<http://www.qedu.org.br/cidade/714-irineopolis/ideb?dependence=5&grade=2&edition=2013> (Anos Finais)

**Taxa de Abandono/ Todas as Redes**

**1.º ao 9.º Ano – Município de Irineópolis**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ANO | 1.º Ano | 2.º Ano | 3.º Ano | 4.º Ano | 5.º Ano | 6.º Ano | 7.º Ano | 8.º Ano | 9.º Ano |
| 2013 | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,6% | 0,0% | 0,0% | --x-- | 0,8% |
| 2012 | 0,0% | 0,4% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 1,4% | --x-- | 0,9% | 0,9% |
| 2011 | 0,4% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | --x-- | 1,9% | 1,1% | 0,5% |
| 2010 | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,4% | --x-- | 3,0% | 3,6% | 1,5% | 2,3% |

Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/714-irineopolis/taxas-rendimento> (Anos Iniciais e Finais)

**Taxa de Reprovação/ Todas as Redes**

**1.º ao 9.º Ano – Município de Irineópolis**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ANO | 1.º Ano | 2.º Ano | 3.º Ano | 4.º Ano | 5.º Ano | 6.º Ano | 7.º Ano | 8.º Ano | 9.º Ano |
| 2013 | 1,2% | 0,0% | 10% | 6,5% | 3,0% | 9,3% | 6,5% | --x-- | 10,5% |
| 2012 | 0,8% | 0,4% | 1,7% | 4,1% | 2,4% | 9,7% | --x-- | 1,8% | 15% |
| 2011 | 4,2% | 12,4% | 11,8% | 7,5% | 3,8% | --x-- | 0,0% | 4,4% | 0,0% |
| 2010 | 0,0% | 11,8% | 7% | 4,8% | --x-- | 0,4% | 11,4% | 6% | 7,5% |

Fonte: <http://www.qedu.org.br/cidade/714-irineopolis/taxas-rendimento> (Anos Iniciais e Finais)

Os índices observados são indicadores que expressam a situação de cada rede de ensino. Sua análise possibilita que cada dependência administrativa desenvolva ações para a permanência com sucesso de todos os alunos.

O Ministério da Educação, visando à melhoria da qualidade da Educação Básica, bem como à melhoria do fluxo escolar, desenvolveu através do INEP, o IDEB em 2007, que sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, SAEB e a Prova Brasil.

Segundo Portal INEP:

A série histórica de resultados do IDEB se inicia em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um IDEB igual a 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência (INEP).

Com o intuito de acompanhar, subsidiar e avaliar para propor alternativas, no ano de 2013, iniciou-se o processo de Avaliação Nacional da Alfabetização, conhecida como prova ANA, que foi incorporada ao sistema de avaliação da Educação Básica (SAEB), por meio da Portaria Ministerial nº 482/2013, sendo aplicada anualmente no 3º ano do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, com o objetivo de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Alfabetização Matemática. Essa avaliação está disponível no INEP para que cada escola possa acessar e proceder à análise de seus resultados.

Nos anos de vigência desse plano, o desafio será assegurar a ampliação da oferta de vagas, conforme o crescimento populacional em idade escolar de 06 a 14 anos, reduzindo a defasagem idade-série, possibilitando novas vivências aos alunos, contribuindo para o processo de ensino e aprendizagem e da formação integral.

Os requisitos de infraestrutura, física e pedagógica, para autorização de funcionamento e construção de escolas deverão ser assegurados em um sistema de colaboração entre as esferas governamentais, garantindo, inclusive, a acessibilidade de pessoas com deficiência.

Para garantir a universalização do ensino, deve-se avaliar e acompanhar os indicadores educacionais do município, criando mecanismos para dimensionar as necessidades e perspectivas do ensino da população irineopolitense.

ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio é amparado pela Constituição Federal de 1998, art. 208, que garante, como dever do Estado, a “progressiva universalização do ensino médio gratuito.” Com a aprovação da LDB - Lei 9394/96- em seu artigo 21, o Ensino Médio passa a integrar, legalmente, a Educação Básica. Dessa forma:

A LDB define como finalidades do Ensino Médio a preparação para a continuidade dos estudos, a preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania. Determina, ainda, uma base nacional comum e uma parte diversificada para a organização do currículo escolar (BRASIL, 2013, p.154).

Em Irineópolis, o Ensino Médio é oferecido pela rede estadual. A Rede Estadual conta com 01 escola que oferece esse nível de ensino.

**População entre 15 e 19 anos:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **População entre 15 e 19 anos** | | |
| 1991 | 2000 | 2010 |
| 1137 | 986 | 934 |

Fonte IBGE.

**População de 15 a 19 anos em Irineópolis**

A população que compreende a faixa etária de 15 à 17 anos vem reduzindo no município, e segundo os dados observados nas idades anteriores essa tendência deve permanecer.

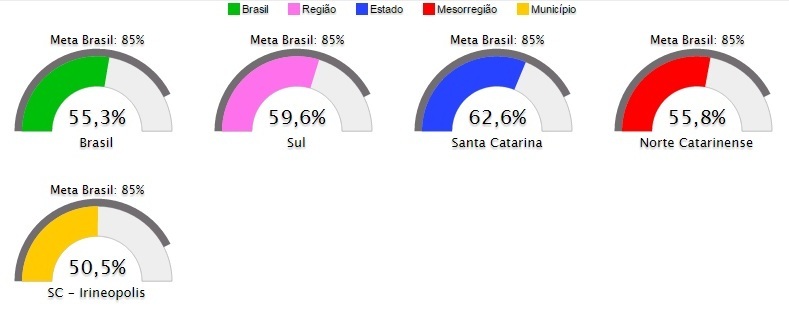
O percentual da população da faixa etária de 15 a 17 anos que frequenta a escola em Irineópolis é de 74,5%. Esse percentual difere da taxa líquida de escolarização do Ensino Médio que é 50,5% da população. Esses índices se confirmam a partir das Figuras 5 e 6.

Figura 5: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola no Município de Irineópolis SC



FONTE: [**http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php**](http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php)

Figura 6: Taxa de escolarização líquida no Ensino Médio da população de 15 a 17 anos, no município de Irineópolis



FONTE: **http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php**

**Matriculas ensino médio:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Matrículas em Irineópolis** | | | |
| **Ano** | **Rede** | **Irineópolis** |
| 2012 | Municipal | - |
| Estadual | 397 |
| Total | 397 |
| 2013 | Municipal | - |
| Estadual | 407 |
| Total | 407 |
| 2014 | Municipal | - |
| Estadual | 472 |
| Total | 472 |

Fonte: SISGESC 2014.

Nota-se a presença exclusiva do Estado na oferta de vagas. A análise da tabela demonstra um aumento gradual no número de matrículas no Ensino Médico, contribuindo para alcançar o que determina a meta nacional no que diz respeito à taxa líquida de matrículas nesta etapa, alcançando, até 2016, 85% da população desse nível de ensino.

**Média de alunos por turma:**

|  |  |
| --- | --- |
| **Professores X Quantidade de Crianças** | |
|  | Situação Atual |
| 1ª a 3ª série EM | 30 a 35 crianças |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Esfera** | | **Ensino Médio** |
| Urbana | Municipal | - |
| Estadual | 27,76 |
| Rural | Municipal | - |

Fonte: SISGESC 2014.

**Média de alunos por turma em cada estabelecimento de ensino**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nome da Escola** | **Local** | **Rede** | **Ensino médio** |
| Escola de Educação Básica Horácio Nunes | Urbana | Estadual | 27,76 |

Fonte: SISGESC 2014.

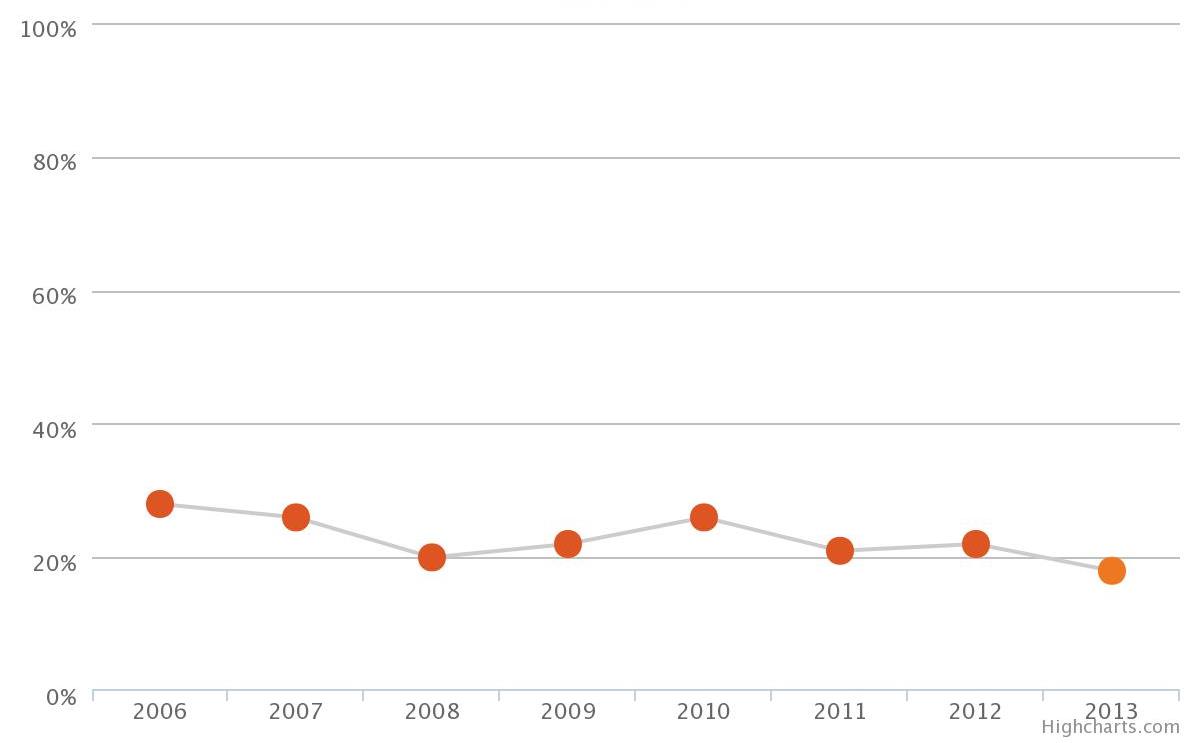
Outro indicador a ser analisado para elevar a taxa líquida de matrícula no Ensino Médio é a distorção idade-Série que pode ser observado na tabela abaixo.

**Distorção idade-série no Ensino Médio em 2013**

|  |  |
| --- | --- |
| **Nome da Escola** | **Distorção Idade-Série** |
| EEB [HORACIO NUNES](http://www.qedu.org.br/escola/216487/distorcao-idade-serie?stageId=em) | 18% |

IDEB – ENSINO MÉDIO

**Distorção Idade-Série, Irineópolis, 2006 até 2013**



*Fonte: Inep, 2013. Organizado por Meritt, 2014*

**Taxas de Rendimento (2013)**

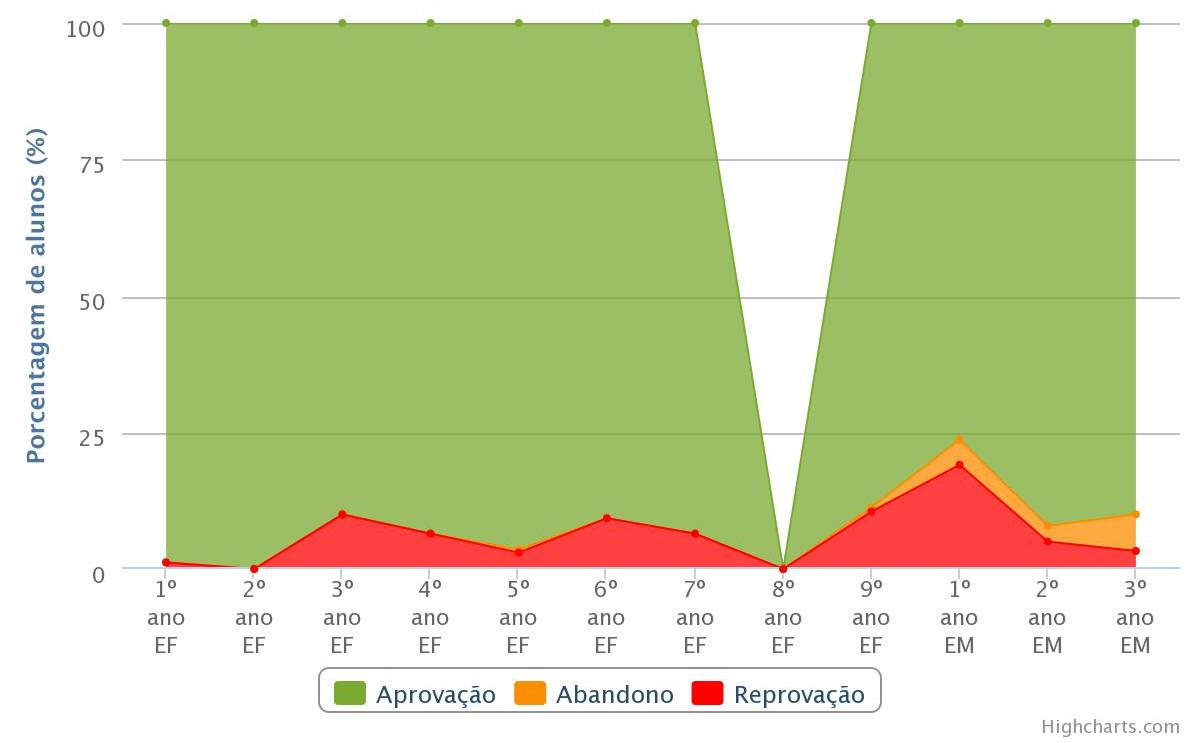
Conheça a proporção de alunos com reprovação ou abandono em 2013 segundo indicadores do INEP.

Porcentagem de alunos (%)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Etapa Escolar | Reprovação | Abandono | Aprovação |
| **Anos Iniciais** | **5,0%**  45 reprovações | **0,1%**  2 abandonos | **94,9%**  856 aprovações |
| **Anos Finais** | **9,0%**  59 reprovações | **0,3%**  3 abandonos | **90,7%**  593 aprovações |
| **Ensino Médio** | **10,1%**  39 reprovações | **4,8%**  19 abandonos | **85,0%**  327 aprovações |

Fonte: Qedu 2013.

**Taxa de Rendimento por Etapa Escolar:**



*Fonte: Inep, 2013. Organizado por Meritt, 2014*

**Detalhamento por ano escolar**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Anos Iniciais | Reprovação | Abandono | Aprovação |
| **1º ano EF** | **1,2%**  2 reprovações | **0,0%**  nenhum abandono | **98,8%**  164 aprovações |
| **2º ano EF** | **0,0%**  nenhuma reprovação | **0,0%**  nenhum abandono | **100,0%**  124 aprovações |
| **3º ano EF** | **10,0%**  26 reprovações | **0,0%**  nenhum abandono | **90,0%**  228 aprovações |
| **4º ano EF** | **6,5%**  13 reprovações | **0,0%**  nenhum abandono | **93,5%**  176 aprovações |
| **5º ano EF** | **3,0%**  6 reprovações | **0,6%**  2 abandonos | **96,4%**  165 aprovações |
|  |  |  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Anos Finais | Reprovação | Abandono | Aprovação |
| **6º ano EF** | **9,3%**  20 reprovações | **0,0%**  nenhum abandono | **90,7%**  191 aprovações |
| **7º ano EF** | **6,5%**  13 reprovações | **0,0%**  nenhum abandono | **93,5%**  177 aprovações |
| **8º ano EF** | - | - | - |
| **9º ano EF** | **10,5%**  27 reprovações | **0,8%**  3 abandonos | **88,7%**  226 aprovações |
|  |  |  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Ensino Médio | Reprovação | Abandono | Aprovação |
| **1º ano EM** | **19,1%**  30 reprovações | **4,6%**  8 abandonos | **76,3%**  119 aprovações |
| **2º ano EM** | **5,0%**  6 reprovações | **2,9%**  3 abandonos | **92,1%**  95 aprovações |
| **3º ano EM** | **3,3%**  5 reprovações | **6,7%**  9 abandonos | **90,0%**  114 aprovações |

Fonte: Censo Escolar 2013, Inep. Organizado por Meritt. Classificação não oficial.

**Evolução IDEB – Ensino Médio**

| **http://ideb.inep.gov.br/resultado/a4j/g/3_3_3.CR1images/spacer.gif** | **Metas Projetadas** | | | | | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Município** | **2007** | **2009** | **2011** | **2013** | **2007** | **2009** | **2011** | **2013** | **2015** | **2017** | **2019** | **2021** | |
| IRINEOPOLIS | 4.1 | 4.3 | 4.5 | 4.1 | 3.8 | 3.9 | 4.2 | 4.6 | 5.0 | 5.2 | 5.5 | 5.7 | |

Observa-se que Irineópolis ao iniciar o processo avaliativo do IDEB vinha conseguindo manter-se acima das médias projetadas, porém, em 2013 nota-se um declínio perante a meta proposta. A fim de ampliar esses resultados o Ensino Médio deve ser planejado em consonância com as características sociais, culturais e cognitivas do sujeito, em um processo educativo que ofereça oportunidade para construção de conhecimentos. A universalização desse atendimento da população de 15 a 17 anos, até 2016, exige imediata execução de estratégias que ampliem as oportunidades de acesso a essa população à Instituição de Ensino.

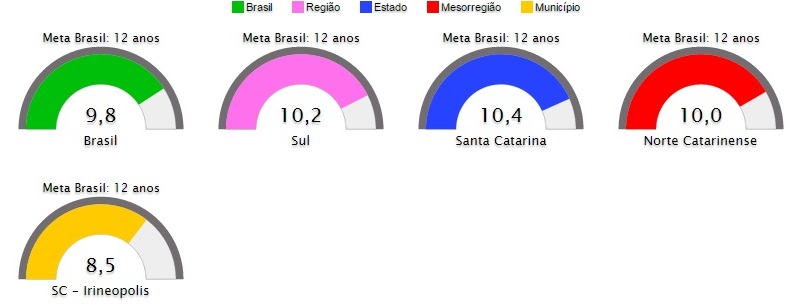
MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA -

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui-se em uma modalidade da Educação Básica e objetiva oferecer à população de jovens e adultos a continuidade dos estudos no Ensino Fundamental e Médio, oferecendo a oportunidade de conclusão dessas etapas àqueles que não o fizeram na idade certa, conforme estabelece a Constituição de 1988, em seu artigo 208, e a LDB – Lei 9394/96, no artigo 37, o qual fortalece a ideia de acesso e continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Ensino Médio, a partir de ações do poder público, a fim de estimular o acesso e permanência dos jovens na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

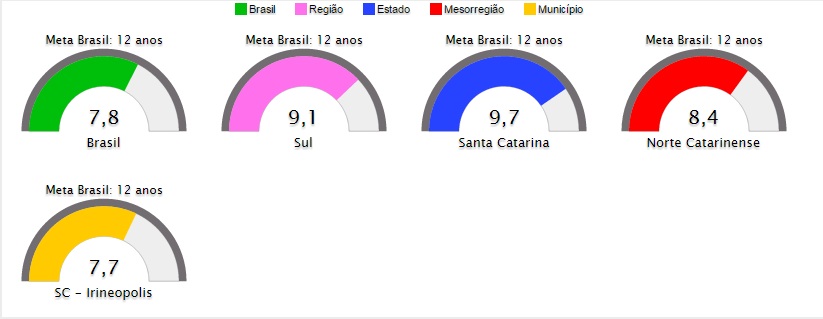
As figuras 7, 8, 9 e 10 trazem um comparativo da escolaridade da população de 18 a 29 anos de Irineópolis entre Brasil, Região Sul, Santa Catarina e Norte Catarinense. Esse comparativo contribui para estabelecer metas e estratégias que possibilitem elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos em Irineópolis.

Figura 7: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos no município de Irineópolis – SC



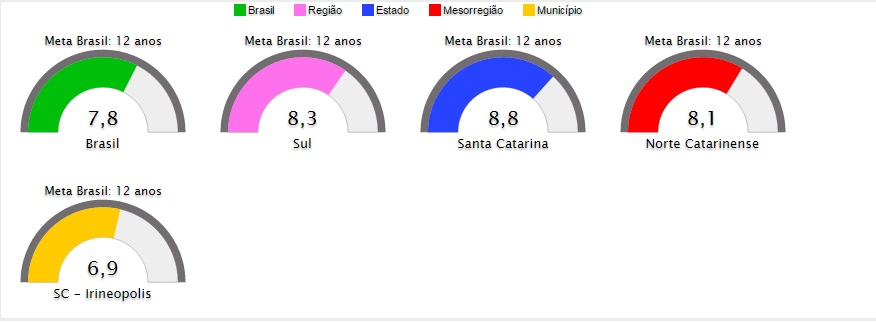
FONTE: [**http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php**](http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php)

Figura 8: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos em área rural, no município de Irineópolis – SC



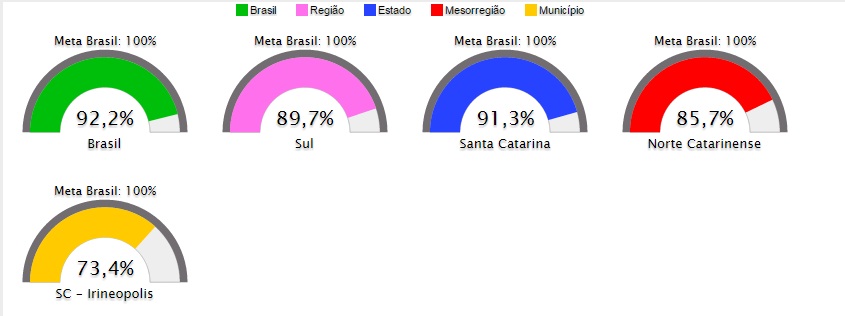
FONTE: [**http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php**](http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php)

Figura 9: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres no município de Irineópolis – SC



FONTE: [**http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php**](http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php)

Figura 10: Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos no município de Irineópolis – SC

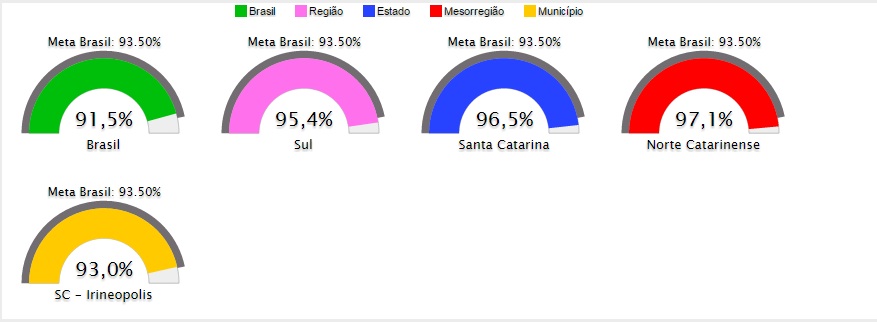


FONTE: [**http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php**](http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php)

Para atingir a meta que objetiva elevar a escolarização da população do campo e dos mais pobres e igualar a escolaridade entre os negros e não negros, será necessário articular ações e políticas públicas, através de parcerias entre entidades governamentais e não governamentais, instituições de ensino profissionalizante, fundações e outras que oferecem cursos de formação e qualificação profissional.

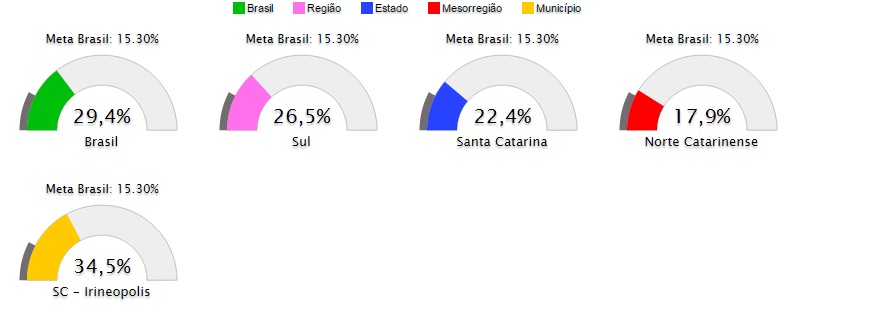
Em Irineópolis, a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais é de 93% e a taxa de analfabetismo funcional dessa população é de 34,5%, segundo dados SIMEC MEC – a partir do IBGE/Censo Populacional 2010 e Pesquisa IBGE por amostra 2013. As figuras 11 e 12 explicitam essas informações e proporciona o comparativo de Irineópolis com Santa Catarina e Brasil.

Figura 11: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade no município de Irineópolis SC



FONTE: [**http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php**](http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php)

Figura 12: Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade no município de Irineópolis SC



FONTE: [**http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php**](http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php)

**Percentual da população da EJA que não concluiu a Educação Básica na idade certa:**

|  |  |
| --- | --- |
| **Local** | **Percentual** |
| Brasil | 30,6 |
| Santa Catarina | 23,2 |
| Irineópolis | 14,1\* |

\*Fonte EVN Gestão 2014.

**Matriculas EJA:**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Matrícula Inicial | | | | | |
|  | | Presencial | | Semipresencial | |
| Fundam. | Médio\* | Fundam. | Médio |
| 2012 | Estadual | - | - | - | - |
| Municipal | 90 | - | - | - |
| 2013 | Estadual | - | - | - | - |
| Municipal | 88 | - | - | - |
| 2014 | Estadual | - | - | - | - |
| Municipal | 85 | - | - | - |

\*Alunos do Ensino Médio que frequentam o EJA/NAES tem as matrículas pertencentes ao município de Canoinhas.

A oferta de matrículas no E.J.A. busca contribuir para a qualificação da população, possibilitando a melhoria da qualidade de vida, ampliando as oportunidades de inserção no mundo do trabalho, bem como diminuindo os índices de analfabetismo.

MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA -

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial caracteriza-se como uma modalidade de educação básica que busca viabilizar uma prática educativa embasada na LDB – Lei nº 9394/96, no artigo 59, a qual preconiza que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei n.º 12.796, de 2013)

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração par concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses alunos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;

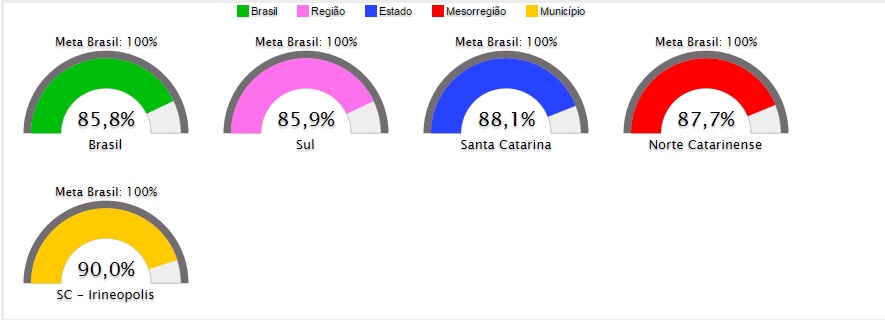
V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

A Educação Especial em Irineópolis desenvolve suas ações na perspectiva da Educação Inclusiva e pautada na Resolução n.º 4 de 2 de Outubro de 2009 que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial que, em seu artigo 1.º, determina que:

...os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (A.E.E.), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da Rede Pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. (BRASIL, 2013, p. 302)

A figura 13 mostra o percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola. Ao observar esta figura, percebe-se que o município de Irineópolis não universalizou o atendimento da população com deficiência, conforme estabelece a meta 4 do PNE.

Figura 13: Percentual da População de 4 a 17 anos com Deficiência que frequenta a escola no município de Irineópolis – SC



FONTE: [**http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php**](http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php)

No que se refere ao Atendimento Educacional Especializado de que trata a Resolução n.º 4 de 2 de outubro de 2009, ele é realizado na Rede Municipal em 06 Salas de Recursos Multifuncionais e na rede estadual em 01 sala denominada SAEDE[[1]](#footnote-1).

**Numero de pessoas com deficiências no município:**

|  |  |
| --- | --- |
| **População com Deficiência** | |
| Visual – não consegue de modo algum | - |
| Auditiva – não consegue de modo algum | 20 |
| Motora – não consegue de modo algum | 34 |
| Motora – grande dificuldade | 267 |
| Mental/Intelectual | 125 |

Fonte: IBGE – Censo 2010.

**Matriculas de alunos com deficiência:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Matriculas de alunos com deficiência no ano de 2014 | | | | | | | | |
|  | Rede | Creche | Pré-Escola | Anos | | Médio | EJA | |
| Iniciais | Finais | Fund. | Médio |
| Irineópolis | Estadual\*\* | - | - | - | 08 | 08 | - | - |
| Municipal\* | - | 02 | 34 | 09 | - | - | - |
| Privada | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | - | 02 | 34 | 17 | 08 | - | - |

\*Fonte: EVN gestão, ano 2014 (alunos matriculados em turma de Atividade Complementar apenas).

\*\*Fonte: SISGESC, ano 2014.

**APAE:**

|  |  |
| --- | --- |
| **Alunos Matriculados na APAE de Irineópolis no ano de 2014** | |
| **Classe** | **Quantidade de Alunos** |
| Estimulação Precoce (0 a 4 anos) | 08 |
| Serviço Pedagógico Especializado (07 a 17 anos) | 05 |
| Oficinas Pedagógicas | 37 |
| Ocupacional (maiores de 17 com deficiências severas) | 10 |
| Serviço Intermitente\* | 06 |
| **Total** | **66** |

\*Classe nova, fornecida a partir de 2015.

Fonte: APAE de Irineópolis.

**Quadro funcional APAE:**

|  |  |
| --- | --- |
| **Função** | **Quantidade de funcionários** |
| Professores (40 horas) | 04 |
| Professores (20 horas) | 09 |
| Equipe técnica (gestora) | 03 |
| **Total** | **16** |

Fonte: APAE de Irineópolis

A inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados nas escolas regulares, representam um grande desafio, tendo em vista que esse é um processo complexo que traz consigo a necessidade de transformações sociais e culturais sobre a deficiência. Portanto é necessária a operacionalização da legislação, a reorganização dos tempos e espaços escolares, a gestão dos processos no interior das unidades escolares e práticas pedagógicas que considerem a diversidade dos alunos e processos de desenvolvimento.

EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO

A oferta da Educação Básica para a população do campo está assegurada no artigo 28 da DB – Lei 9394/96. De acordo com esse artigo:

[...] os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas ás reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Em 2004, com a criação do SECADI[[2]](#footnote-2), ampliaram-se os debates em reação às políticas para a Educação do Campo. Esses debates e mobilizações resultaram em legislação específica para essa modalidade da Educação Básica: Parecer CNE/CEB n.º 1/2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo; o Parecer CNE/CEB n.º 3/2008; a Resolução CNE/CB n.º 2/2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo; Decreto n.º 7352/2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONER); Lei n.º 12.960/2014 que altera a LDB – Lei 9394/96, sobre o fechamento de escolas do campo, indígena e quilombola.

No que se refere à população em idade escolar matriculada na Educação Escolar do Campo, observam-se os seguintes números, conforme tabelas abaixo:

NÚMERO DE MATRÍCUAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE IRNEÓPOLIS

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Educação Infantil | | Nº de Instituições | Ensino Fundamental | | Nº de Instituições |
| 0 a 3 anos | 4 a 5 anos | Anos Iniciais | Anos Finais |
| 2010 | 33 | 141 | 07 | 473 | 341 | 09 |
| 2011 | 102 | 118 | 07 | 551 | 266 | 07 |
| 2012 | 145 | 134 | 10 | 491 | 252 | 07 |
| 2013 | 119 | 126 | 09 | 487 | 260 | 07 |
| 2014 | 102 | 125 | 09 | 448 | 230 | 07 |

Fonte: EVEN

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A Educação em Tempo Integral está amparada no artigo 34 da LDB – Lei 9394/96, que prevê a ampliação da jornada escolar no Ensino Fundamental a critério de cada sistema e no artigo 36 da Resolução 07/2010 do Conselho Nacional de Educação que assim dispõe:

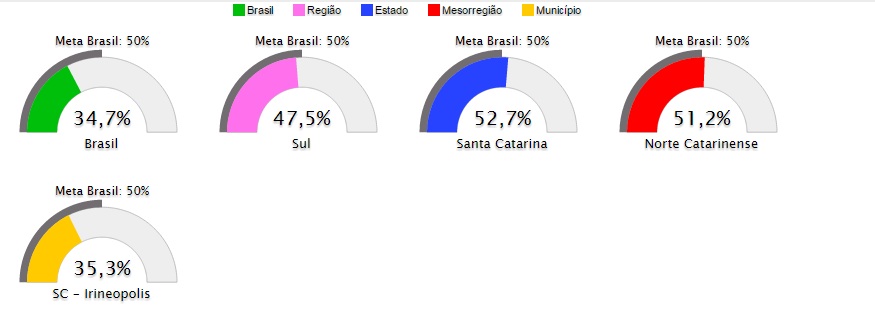
Considera-se como de período integral a jornada escolar que se organiza em 7 (sete) horas diárias, no mínimo, perfazendo uma carga horária anual de, pelo menos, 1.400 (mil e quatrocentas) horas. Parágrafo único. As escolas e, solidariamente, os sistemas de ensino, conjugarão esforços objetivando o progressivo aumento de carga horária mínima diária e, consequentemente, da carga horária anua, com vistas à maior qualificação do processo de ensino-aprendizagem, tendo como horizonte o atendimento escolar em período integral (BRASIL, 2010, p. 10).

No município de Irineópolis, existem propostas de Educação em Tempo Integra na rede pública. A Educação em Tempo Integral é realizada na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Na Educação Infantil, o município oferece atendimento integral às crianças no Centro de Educação Infantil Municipal Nossa Senhora Aparecida para crianças de 4 meses a 3 anos. O horário de atendimento é das 7:30 horas às 18 horas, seguindo uma rotina organizada com atividades pedagógicas, alimentação e descanso.

No Ensino Fundamental, a Educação em Tempo Integral acontece a partir do Programa Mais Educação[[3]](#footnote-3). O Programa Mais Educação, lançado pelo MEC em 2007, é uma estratégia para incentivar a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral, desenvolvendo atividades de acordo com a necessidade de cada instituição educativa, organizadas em macropampo: cultura, artes, esporte, lazer, educação ambienta, direitos humanos, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e o uso das mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. A Educação em Tempo Integral na rede estadual é realizada através do Programa Ensino Médio Inovador[[4]](#footnote-4).

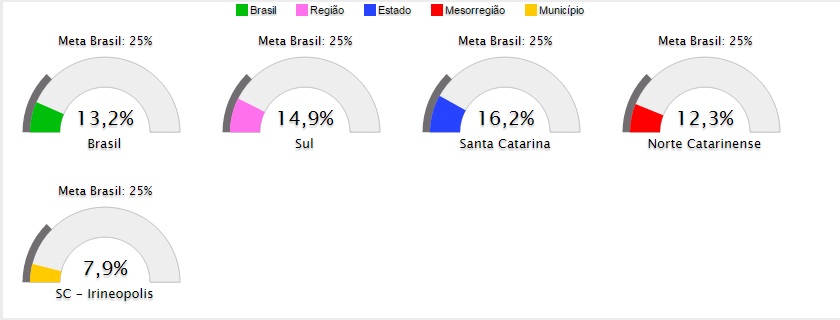
No município de Irineópolis, a oferta de Educação em Tempo Integral na Educação Básica, apresenta a seguinte porcentagem em relação ao número de escolas e alunos que permanecem pelo menos 7 horas em atividades escolares, conforme figura 14 e 15:

Figura 14: Percentual de Escolas Públicas com alunos que permanecem pelo menos 7 horas em atividades escolares no município de Irineópolis – SC



FONTE: [**http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php**](http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php)

Figura 15: Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7 horas em atividades escolares no município de Irineópolis.



FONTE: [**http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php**](http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php)

Irineópolis precisa articular estratégias para atingir a meta nacional, tanto na oferta desta modalidade nas unidades escolares, como no número de alunos que permanecem pelo menos 7 horas em atividades escolares.

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Constituição Federal, no seu artigo 206, inciso V, emenda Constitucional nº 19, de 1998 e a Lei de Diretrizes e Bases, Art. 67, determinam que a valorização do magistério implique, simultaneamente, uma política que contemple forma de ingresso, formação profissional inicial, formação continuada e condições de trabalho, salário e carreira.

Os estados e municípios possuem autonomia constitucional para organizar e manter seus Sistemas de Ensino, Planos de Carreira para o Magistério e Políticas Públicas para o Desenvolvimento da Educação.

Seguindo as disposições legais vigentes, a Rede Municipal de Ensino conta com o Sistema Municipal de Ensino – Lei Complementar nº 936/99 e alterações, Estatuto dos Profissionais do Magistério Público (Lei nº 1003/2000) –e Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais de Irineópolis (Lei nº057/2012). A Lei complementar 56/2012, estabelece diretrizes e normas para os profissionais do magistério.

O Plano de Carreira dos profissionais do Magistério da Rede Municipal de Irineópolis é independente ao Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais na Lei Complementar nº 56/2012.

Nessa lei, está previsto para o magistério público municipal o piso salarial, as progressões por tempo de serviço e o adicional por titulação que permite ao professor o reconhecimento de sua nova habilitação para fins salariais sem necessidade de novo concurso público.

De acordo com o que prevê a versão preliminar do Plano Estadual de Educação (versão preliminar) (2014), a valorização dos profissionais que atuam na Rede Estadual está em consonância com o que prevê a legislação nacional, através da Lei 6.884/1986 – Estatuto do Magistério; Lei Complementar nº 1.139/1992 - Plano de Cargos e Salários; Lei Complementar nº 457/2009 – altera o Progresso Funcional; Lei Federal 11.738/2008 – institui o Piso Nacional para os Profissionais do Magistério; Lei Complementar 455/2009 – complemento ao Piso Nacional; Lei Complementar Nº 539/2011- garante o pagamento do Piso Salarial para os Profissionais do Magistério; Decreto 602/2007 – Avaliação Especial de Desempenho; Decreto 915/2012 – institui Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação.

Na Rede Municipal, os professores têm garantido em lei e na prática um período de 33% [[5]](#footnote-5)incluídos na sua carga horária semanal, destinado ao planejamento, estudos e avaliação.

A Secretaria Municipal de Educação desenvolve, em parceria com o Ministério de Educação (MEC), o Programa de Nacional de Alfabetização da Idade Certa (PNAIC). Com o objetivo de formar educadores críticos, que proponham soluções criativas para os problemas enfrentados pelas crianças em processo de alfabetização.

É possível observar na tabela o percentual de professores que atuam na Educação Básica do município de Irineópolis, conforme sua habilitação. No que se refere à Pós Graduação, o município de Irineópolis está acima do percentual que a meta sugere, conforme pode ser observado no gráfico.

**Formação dos Professores:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | Percentual de Funcionários Docentes com curso superior | | | | | | | | | |
|  | Rede | Educação Infantil | | | Ensino Fundamental | | | Ensino Médio | Educação Profissional | EJA | Educação Especial |
| Total | Creche | Pré | Total | Iniciais | Finais |
| Brasil | Total | 60,8 | 59,6 | 62,3 | 79,0 | 72,2 | 84,6 | 93,1 | 89,2 | 83,1 | 85,8 |
| Federal | 81,8 | 79,0 | 85,7 | 97,9 | 94,5 | 99,3 | 98,3 | 98,5 | 98,0 | 91,1 |
| Estadual | 75,3 | 76,4 | 74,8 | 90,7 | 83,6 | 92,7 | 93,3 | 94,7 | 92,5 | 90,7 |
| Municipal | 66,8 | 66,4 | 67,5 | 74,0 | 72,6 | 76,0 | 89,5 | 91,6 | 70,3 | 84,5 |
| Privada | 47,5 | 48,0 | 49,0 | 73,9 | 63,3 | 85,9 | 91,9 | 83,4 | 88,9 | 85,4 |
| Público | 66,9 | 66,4 | 67,6 | 80,1 | 74,6 | 84,3 | 93,5 | 95,6 | 82,9 | 86,7 |
| Santa Catarina | Total | 73,1 | 70,5 | 76,5 | 84,0 | 82,3 | 85,6 | 86,3 | 76,7 | 86,5 | 75,7 |
| Federal | 94,4 | 87,5 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 99,1 | 99,3 | 98,8 | - |
| Estadual | 85,7 | 80,0 | 100,0 | 81,7 | 79,2 | 83,1 | 84,4 | 79,2 | 80,5 | 85,7 |
| Municipal | 77,3 | 75,4 | 79,8 | 85,8 | 84,5 | 87,5 | 89,3 | - | 92,8 | 85,0 |
| Privada | 53,2 | 48,4 | 60,3 | 82,9 | 78,0 | 88,0 | 91,8 | 70,3 | 90,9 | 74,1 |
| Público | 77,3 | 75,4 | 79,8 | 84,2 | 83,0 | 85,3 | 85,1 | 89,7 | 85,6 | 85,4 |
| Irineópolis | Total | 92,3 | 85,7 | 100,0 | 96,5 | 96,0 | 91,6 | 94,0 | - | 100,0 | - |
| Estadual | - | - | - | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 94,0 | - | - | - |
| Municipal | 92,3 | 85,7 | 100,0 | 93,2 | 92,9 | 82,3 | - | - | 100,0 | - |
| Público | 92,3 | 85,7 | 100,0 | 96,5 | 96,0 | 91,6 | 94,0 | - | 100,0 | - |

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Irineópolis e EEB Horácio Nunes.

A valorização dos profissionais da educação vai além da formação inicial e continuada, sendo necessário periodicamente analisar, reestruturar e adequar os Estatutos e Planos de Carreira, para que seja garantido o que prevê a LDB – Lei 9394/96, em seu artigo 67, que trata da valorização profissional do magistério.

**Regime de trabalho docente da Rede Municipal:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Ensino Fundamental** | | | | | | | | | | **Educação Infantil\*** | | | | | | **EJA** | | | | |
| **Ano** | **Efetivo** | | | | **ACT** | | | | **Alteração** | | **Efetivo** | | **ACT** | | **Alteração** | | **ACT** | **Efetivo** | | **Alteração** | |
| **10** | **20** | **30** | **40** | **10** | **20** | **30** | **40** | **10** | **20** | **20** | **40** | **20** | **40** | **10** | **20** | **20/40** | **20** | **30** | **10** | **20** |
| **2011** | **-** | **08** | **07** | **36** | **02** | **11** | **-** | **11** | **-** | **-** | **01** | **14** | **05** | **04** | **01** | **-** | **01** | **02** | **01** | **01** | **-** |
| **2012** | **-** | **08** | **07** | **36** | **-** | **02** | **-** | **16** | **-** | **-** | **-** | **14** | **08** | **08** | **-** | **-** | **03** | **03** | **01** | **01** | **-** |
| **2013** | **-** | **03** | **04** | **45** | **03** | **09** | **04** | **15** | **-** | **-** | **03** | **14** | **03** | **08** | **-** | **-** | **02** | **01** | **02** | **02** | **-** |
| **2014** | **-** | **07** | **05** | **49** | **-** | **03** | **-** | **06** | **-** | **-** | **01** | **14** | **-** | **04** | **-** | **-** | **02** | **01** | **01** | **-** | **-** |

\*não contabilizados os Atendentes e Monitores de Creche

Fonte: Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação de Irineópolis.

**Porcentagem de aplicação do FUNDEB no pagamento de Profissionais da Educação**

|  |  |
| --- | --- |
| Ano | Porcentagem |
| 2010 | 67,75% |
| 2011 | 63,40% |
| 2012 | 94,00% |
| 2013 | 60,78% |
| 2014 | 62,63% |

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

O artigo 14 da LDB – Lei 9394/96 confere aos sistemas de ensino autonomia para a definição das normas da gestão democrática, conforme os seguintes princípios: “I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. Participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes” (BRASIL, 1996).

A gestão democrática, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2003, p. 56), “... é entendida como princípio que orienta os processos e procedimentos administrativos e pedagógicos no âmbito da escola e nas suas relações com os demais órgãos do sistema educativo de que faz parte.”

Em Irineópolis, é possível nomear alguns instrumentos para a Gestão Democrática na Educação: Conselho Municipal de Educação – COMED, Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar – CAE e Associação de Pais e Professores – APP.

O Conselho Municipal de Educação é o órgão normativo, consultivo e jurisdiciona, fiscalizador e de assessoramento, com a finalidade de deliberar sobre matéria relacionada com o ensino na forma de legislação pertinente e fiscalizador do Sistema Municipal de Ensino. Esse órgão, segundo Lei 48/1997, é autônomo, de deliberação coletiva permanente, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

As instituições educativas integrantes do Sistema Municipal de Educação de Irineópolis elaboram seu Projeto Político Pedagógico (PPP), conforme determina a resolução do COMED 001, de 27 de outubro de 2005. Na rede Estadual, para a elaboração do seu PPP, as escolas da rede pública estadual seguem orientações do Sistema Estadual de Educação.

A direção das escolas da rede Municipal e Estadual é ocupada por profissionais efetivos em suas respectivas redes e com habilitação necessária. Os ocupantes desses cargos são chamados gestores. A gestão das escolas básicas municipais perpassa os princípios da Constituição Federal de 1998 no que se refere à gestão democrática, no artigo 206, fundamentado no PPP.

A autonomia da Instituição Educativa (IE), entre os princípios da gestão democrática participativa, a partir das diretrizes do Sistema Municipal de Ensino de Irineópolis, no que se refere ao desenvolvimento do trabalho pedagógico, proporciona aos sujeitos envolvidos, uma maior flexibilidade para atender às necessidades de cada IE.

A Secretaria Municipal de Educação de Irineópolis implantou na gestão educacional a visão sistêmica, como pressuposto teórico do Plano Estratégico de Gestão, a qual enfatiza a organização como o resultado da união de várias pessoas, buscando a excelência naquilo que diz respeito à organização e qualidade nos resultados, contemplando todas as partes interessadas.

FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Programas como PNLD, PNAE, PNAIC, PDDE, PNBE, MAIS EDUCAÇÃO, PRONACAMPO, PDDE ESTRUTURA E QUALIDADE, são recursos federais repassados diretamente as unidades executoras (escolas), por meio de formação, material didático e repasse financeiro.

Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), a fixação de um plano de metas exige uma definição de custos, assim como a identificação dos recursos atualmente disponíveis e das estratégias para sua ampliação, seja por meio de uma gestão eficiente, seja por meio da criação de novas fontes, a partir da constatação da necessidade de investimento. Os percentuais constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino devem representar o ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais.

A Constituição Federal e a LDB – Lei 9394/96, no artigo 69, determinam que a União deverá aplicar nunca menos que 18% e os Estados e Municípios 25% da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, conforme áreas prioritárias da educação: município: Educação Infantil e Ensino Fundamental; estado: Ensino Fundamental; e Ensino Médio; União: Ensino Superior, assistência técnica e financeira aos estados, Distrito Federal e aos municípios, para garantir equalização das oportunidades educacionais e padrões mínimos de qualidade do ensino, em relação à competência dos níveis de ensino.

Com a intenção de promover a equidade entre as redes, foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB - e Valorização dos Profissionais da Educação, através da Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, e regulamentado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, com vigência de 14 anos. O FUNDEB é um fundo de natureza contábil que contempla todas as etapas e modalidades da educação básica. Em cada estado, o FUNDEB é composto por 20% das seguintes receitas:

* Fundo de Participação dos Estados – FPE.
* Fundo de Participação dos Municípios – FPM.
* Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.
* Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações– IPIexp.
* Desoneração das Exportações (LC nº 87/96).
* Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD.
* Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.
* Cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural - ITR devida aos municípios.

Também compõem o Fundo as receitas da dívida ativa e de juros e multas incidentes sobre as fontes acima relacionadas.

A distribuição de recursos é realizada, automaticamente, de acordo com a área de atuação prioritária de Estados e Municípios e de acordo com o número de alunos matriculados.

Para garantir um padrão de qualidade, suprindo as necessidades da rede escolar, o município de Irineópolis vem investindo percentual superior ao determinado pela Constituição Federal e LDB – Lei 9394/96:

* 2010 – 32,45%;
* 2011 – 36,88%;
* 2012 – 38,54%
* 2013 – 34,75%
* 2014 – 33,65%

Além do percentual constitucional destinados à educação, o município conta ainda com recursos do Salário Educação, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) PNLD, PNAIC, PNBE, MAIS EDUCAÇÃO, PRONACAMPO,PDDE ESTRUTURA E QUALIDADE.

Segundo o Plano Nacional da Educação (PNE), financiamento e gestão estão indissoluvelmente ligados. A transparência da gestão de recursos financeiros e o

exercício do controle social permitirão garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação.

Quanto à fiscalização, o município tem instituído o Sistema de Controle Interno, vinculado ao Gabinete do Prefeito, Conselhos Escolares, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação e Conselho de Alimentação Escolar. Também existe o controle externo a cargo da Câmara de Vereadores, Tribunal de Contas (através do Sistema S-FINGE) e Ministério Público. As movimentações financeiras e orçamentárias são apresentadas, quadrimestralmente, ao Sistema do Tesouro Nacional – (STN), além do Sistema de Orçamento Público em Educação (SIOPE), informado anualmente.

O Plano Nacional de Educação (PNE), ao tratar do financiamento da Educação, determina que é preciso reconhecê-la com um valor em si, requisito para o exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida da população. O fundamento da obrigação do Poder Público é financiar a educação e constituí-la como um direito, por isso a Educação e seu financiamento não podem ser tratados como um problema econômico e sim como uma questão de cidadania. Para garantir o planejamento, vinculação de recursos e controle social eficaz é importante que a gestão de recursos seja realizada por meio de fundos de natureza contábil e contas específicas.

A Educação é uma responsabilidade do Estado e da sociedade e não apenas de um órgão. Evidentemente, a Secretaria de Educação tem o papel central no que ser refere à educação escolar. Mas há, também, que se articular com outras secretarias, reunindo competências, seja em termos de apoio técnico, seja em recursos financeiros, em áreas de atuação comum, sendo fundamental o aprimoramento contínuo do regime de colaboração.

**Quadro de Investimento Total em Educação no Município**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Investimentos em Educação** | | | | | | |
|  | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** |
| **União** | - | - | - | - | - | - |
| **Estado** | - | R$225.000,00 | - | - | - | - |
| **Município** | R$ 2.100,00 | R$85.045,93 | R$381.297,59 | R$32.116,54 | R$ 741.072,53 | R$1.049.760,81 |
| **Total** | R$2.100,00 | R$310.045,93 | R$381.297,59 | R$32.116,54 | R$ 741.072,53 | R$1.049.760,81 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Irineópolis

**Investimento Recursos Municipais em Educação e PIB Municipal**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ANO** | **PIB** | **Investimento em Educação** |
| 2011 | R$ 186.248.000,00 | R$ 6.116.660,48 |
| 2010 | R$ 201.244.000,00 | R$ 5.258.670,73 |
| 2009 | R$ 186.988.000,00 | R$4.356.414,90 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Irineópolis

**Origem dos Recursos Municipais**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RECEITA** | | | | | | |
|  | **2014** | **2013** | **2012** | **2011** | **2010** | **2009** |
| **FPM** | R$ 7.872.691,80 | R$ 7.345.224,83 | R$ 6.848.894,58 | R$ 6.656.432,90 | R$ 5.502.021,91 | R$ 5.083.982,75 |
| **ICMS** | R$ 6.679.518,84 | R$ 5.521.364,61 | R$ 5.269.786,59 | R$ 5.015.602,11 | R$ 4.182.918,04 | R$ 3.305.850,28 |
| **IPVA** | R$ 898.117,68 | R$ 514.860,17 | R$ 485.460,40 | R$ 412.070,34 | R$ 364.997,61 | R$ 315.196,66 |
| **ISSQN** | R$ 824.342,61 | R$ 595.410,00 | R$ 365.399,15 | R$ 685.469,75 | R$ 398.016,86 | R$ 302.257,71 |
| **IPTU** | R$ 344.656,27 | R$ 267.899,00 | R$ 253.510,18 | R$ 229.745,09 | R$ 189.592,70 | R$ 183.565,66 |
| **Total** | R$ 16.619.327,20 | R$ 14.244.758,61 | R$ 13.223.050,90 | R$ 12.999.320,19 | R$ 10.637.547,12 | R$ 9.190.853,06 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Irineópolis

**Quadro de Recursos Aplicados em Educação por Modalidade**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESPESAS** | | | | | | |
|  | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** |
| **Infantil** | R$ 588.727,56 | R$ 736.508,94 | R$ 1.177.605,20 | R$ 1.072.931,48 | R$ 1.556.181,59 | R$ 1.619.348,41 |
| **Fundamental** | R$ 3.681.121,45 | R$ 4.438.067,29 | R$ 4.636.072,79 | R$ 6.271.927,47 | R$ 6.127.232,79 | R$ 7.490.733,16 |
| **EJA** | R$ 178,20 | R$ 4.084,72 | R$ 6.596,97 | R$ 7.020,57 | R$ 48.836,34 | R$ 29.620,06 |
| **Total** | R$ 4.270.027,21 | R$ 5.178.660,95 | R$ 5.820.274,96 | R$ 7.351.879,52 | R$ 7.732.250,72 | R$ 9.139.701,63 |
| **Merenda** | R$ 76.990,00 | R$ 96.222,69 | R$ 193.793,70 | R$ 154.355,15 | R$ 186.970,15 | R$ 261.763,74 |
| **Administração** | R$ 960,00 | R$ 180,00 | R$ 3.945,81 | R$ 15.000,00 | R$ 274.241,27 | R$ 145.240,00 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Irineópolis

**Quadro de Despesas com Educação**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **Receita** | **Investimento em Educação** | **Proporção** |
| **2014** | R$ 28.313.298,66 | R$9.526.825,86 | 33,65% |
| **2013** | R$ 23.397.677,06 | R$ 8.129.655,56 | 34,75% |
| **2012** | R$ 19.427.400,28 | R$ 7.487.961,05 | 38,54% |
| **2011** | R$ 16.584.249,83 | R$ 6.116.660,48 | 36,88% |
| **2010** | R$ 16.205.855,87 | R$ 5.258.670,73 | 32,45% |
| **2009** | R$ 13.186.651,65 | R$4.356.414,90 | 33,04% |

Fonte: Prefeitura Municipal de Irineópolis

**Quadro de indicadores de Dispêndio com Pessoal**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Gastos com Pessoal** | | | | | |
| **2009** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** |
| R$ 2.452.670,41 | R$ 2.880.871,94 | R$ 2.963.215,70 | R$ 4.023.312,02 | R$ 4.117.083,78 | R$ 4.794.382,70 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Irineópolis

**Investimentos em Merenda Escolar**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Investimentos Merenda** | | | | | | |
|  | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** |
| **Recursos Próprios** | R$ 30.769,68 | R$ 24.295,29 | R$ 111.763,57 | R$ 61.549,69 | R$ 42.588,21 | R$ 79.615,68 |
| **Recursos PNAE** | R$ 46.220,32 | R$ 71.927,00 | R$ 82.030,13 | R$ 92.805,46 | R$ 144.381,94 | R$ 182.148,06 |
| **Total** | R$ 76.990,00 | R$ 96.222,29 | R$ 193.793,70 | R$ 154.355,15 | R$ 186.970,15 | R$ 261.763,74 |

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Irineópolis

**Receitas Transporte Escolar**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Despesas Transporte** | | | | | | |
|  | **2009** | **2010** | **2011** | **2012** | **2013** | **2014** |
| **PNATE (198)** | R$ 108.432,44 | R$ 155.000,00 | R$ 156.000,00 | R$ 159.172,20 | R$ 132.580,35 | R$ 132.761,94 |
| **Conv. Estado (205)** | R$ 202.434,00 | R$ 220.088,00 | R$ 254.354,28 | R$ 304.849,91 | R$ 282.373,41 | R$ 291.940,00 |
| **Diferença** | R$ 554.434,61 | R$ 525.832,80 | R$ 715.665,44 | R$ 642.178,75 | R$ 727.165,38 | R$ 694.089,10 |
| **Total** | R$ 865.301,05 | R$ 900.920,80 | R$ 1.126.019,72 | R$ 1.106.200,86 | R$ 1.142.119,14 | R$ 1.118.791,04 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Irineópolis

METAS

**Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.**

1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais.

1.2 Realizar levantamento em conjunto às Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social (PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA) relativo a numero de crianças do município até 03 anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais baixa garantindo esse acesso a educação (creche).

1.3 Realizar levantamento anual dos nascidos vivos em conjunto com a Vigilância Epidemiológica para planejar a oferta das demandas por creche.

1.4 Realizar no primeiro ano de vigência, visitas domiciliares em conjunto com as equipes de saúde da família identificando a demanda de famílias por creches, através de questionário.

1.5 Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade havendo o repasse de recursos estaduais e federais.

1.6 Desenvolver um questionário de avaliação das condições físicas, quadro de pessoal e condições de gestão, recursos pedagógicos e a situação de acessibilidade entre outros indicadores relevantes, o qual será aplicado por representante Conselho de Educação vigente e representante da Equipe Técnica da S. M. E.

1.7 Ampliar a oferta de matrículas gratuitas em creches, com a expansão da oferta na rede pública até o final da vigência do PME.

1.8 Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.9 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

1.10 Manter o atendimento as populações do campo levando-se em consideração estudo de demanda das comunidades visando a construção de Centros de Educação Infantil.

1.11 Realizar um levantamento em conjunto com as equipes de saúde da família e programa bolsa família, na tentativa de identificar os casos para fazerem uso do atendimento especializado e de acordo com esses dados garantir o acesso a educação infantil aos alunos com deficiência.

1.12 Desenvolver campanhas e orientações em conjunto com equipes de saúde, desde o pré-natal até os 3 anos da criança, buscando identificar transtornos, síndromes do desenvolvimento cognitivo.

1.13 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte.

1.14 Fortalecer e monitorar efetivamente a presença dessas crianças na escola em parceria com o programa bolsa família através da frequência escolar.

1.15 Desenvolver parcerias com a secretaria de saúde através das visitas domiciliares realizadas pela equipe ESF para identificar as crianças em idade correspondente à educação infantil, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos.

1.16 Publicar anualmente, o levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.

1.17 Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.18 Conforme o repasse de recursos estaduais e federais o município se compromete a implementar os espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, ludoteca, biblioteca infantil e parque infantil.

**Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.**

2.1 O Ministério da Educação, em articulação e colaboração com o Município, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PME, elaborar e encaminhar ao Conselho Municipal de Educação, precedida de consulta pública municipal, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental.

2.2 Pactuar entre a União, o Estado e os Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

2.3 Manter mecanismos para o acompanhamento individualizado, quando se fizer necessário, aos alunos do ensino fundamental através de: recuperação paralela, sala de apoio, atendimento técnico pedagógico, psicológico e fonoaudiológico.

2.4 Manter o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o desenvolvimento escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.5 Monitorar a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola com acompanhamento do acesso e permanência na escola, em parceria com assistência social e conselho tutelar.

2.6 Buscar tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo.

2.7 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

2.8 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem espaços de criação e difusão cultural.

2.9 Convocar a participação dos pais e responsáveis através do Conselho Tutelar, a fim de garantir o acompanhamento das atividades dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.10 Oferecer o Ensino Fundamental às populações do campo buscando e garantindo o acesso, permanência e conclusão do ensino fundamental nas próprias comunidades ou núcleos que as atendem, desde que haja recursos financeiros do governo Federal e Estadual.

2.11 Oferecer o ensino fundamental aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

2.12 Proporcionar atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes que estimulem suas habilidades dentro do espaço escolar, desde que, possua espaço físico adequado, profissionais habilitados com remuneração e carga horária disponível.

2.13 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas, além de atividades culturais nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional, desde que, possua espaço físico adequado e profissionais habilitados com remuneração e carga horária disponível.

2.14 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, viabilizando transporte escolar acessível com segurança, alimentação escolar e biblioteca com acervo atualizado, desde que o governo Federal e Estadual disponibilizem recursos financeiros.

2.15 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.

2.16 Manter programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, oferecendo ao educando condições de inserção e acompanhamento até o fim do ensino fundamental;

2.17 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.

2.18 Garantir a implementação da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina de maneira a assegurar a formação básica comum respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.

2.19 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social mediante recursos financeiros do governo Federal e Estadual.

**Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 90% (noventa por cento).**

3.1 Institucionalizar política e programa municipal para o ensino fundamental articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.2 O Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os entes federados e ouvida a sociedade mediante consulta pública nacional, elaborará e encaminhará ao Conselho Nacional de Educação – CNE, até o 2º (segundo) ano de vigência deste PME, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) de ensino médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum.

3.3 Pactuar, entre União, Estado e o Município, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

3.4 Fortalecer a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.5 Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.

3.6 Promover com a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.

3.7 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas público da educação especial.

3.8 Fortalecer e ampliar o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial.

3.9 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude através do conselho tutelar.

3.10 Estimular programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

3.11 Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

3.12 Estimular formas alternativas de oferta do ensino médio, garantindo a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

3.13 Estabelecer políticas de prevenção à evasão escolar motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

3.14 Buscar parceria junto à secretaria social para oferecer aos adolescentes cursos nas áreas tecnológicas e cientificas.

3.15 Estimular e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho.

3.16 Avaliar, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, o dispositivo da Lei Complementar nº 170/1998, que trata do número de estudantes por turma.

**Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados, nos termos do Art. 208, inciso III, da Constituição Federal, do Art. 163 da Constituição Estadual e do Art. 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, e nos termos do Art. 8º do Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, até o ultimo dia de vigência desse Plano.**

4.1 Ofertar a educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.2 Contabilizar e discriminar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, as matrículas dos (as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei n° 11.494, de 20 de junho de 2007.

4.3 Promover no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar concomitante ao serviço de estimulação precoce, oferecido por instituição especializada existente no município à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4.4 Manter ao longo deste Plano, salas de recursos multifuncionais, fomentar e garantir anualmente a formação continuada de professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e nas instituições especializadas públicas e conveniadas.

4.5 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o estudante.

4.6 Buscar convênios e parcerias com centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas, conveniados com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação.

4.7 Manter os programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada à necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, mediante o repasse do governo Federal e Estadual para o cumprimento desta meta.

4.8 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdo-cegos, com profissional habilitado na área para atuação.

**Meta 5: Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental**

5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com garantia de qualificação anual e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

5.2 Consolidar política de alfabetização que garanta preferencialmente a permanência dos professores efetivos alfabetizadores para os três primeiros anos do ensino fundamental.

5.3 Instituir instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento.

5.4 Utilizar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.5 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.

5.6 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização.

5.7 Cumprir as políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, até o ensino fundamental sem estabelecimento de terminalidade temporal, bem como a capacitação de professores para tal incumbência.

5.8 Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, para atuarem como mediadores da leitura.

5.9 Ampliar até o segundo ano de vigência do Plano, projetos de incentivo à leitura.

5.10 Assegurar o cumprimento da Lei do Sistema Municipal de Ensino n.º993/99 com relação ao número de alunos nas salas de alfabetização.

**Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.**

6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores.

6.2 Instituir, com recursos da União, em regime de colaboração, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social.

6.3 Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico.

6.5 Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social, vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.

**Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias estaduais no IDEB:**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Metas Projetadas** | | | | |
| IDEB | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
| Anos iniciais do ensino fundamental | 5,2 | 5,5 | 5,7 | 6,0 |
| Anos finais do ensino fundamental | 4,7 | 5,0 | 5,2 | 5,5 |
| Ensino médio | 4,3 | 4,7 | 5,0 | 5,2 |
| **PLANO ESTADUAL DE** EDUCAÇÃO – Metas Projetadas | | | | |
| IDEB | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
| Anos iniciais do ensino fundamental | 5,8 | 6,0 | 6,3 | 6,5 |
| Anos finais do ensino fundamental | 5,5 | 5,7 | 6,0 | 6,2 |
| Ensino médio | 4,7 | 5,2 | 5,4 | 5,6 |
| **PLANO MUNICIPAL DE** EDUCAÇÃO – Metas Projetadas | | | | |
| IDEB | 2015 | 2017 | 2019 | 2021 |
| Anos iniciais do ensino fundamental | 6,0 | 6,2 | 6,8 | 7,0 |
| Anos finais do ensino fundamental | 5,0 | 5,8 | 6,0 | 6,2 |

7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e respeitando-se a diversidade local.

7.2 Assegurar que:

7.2.1 no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 30% (trinta por cento), pelo menos, o nível desejável,;

7.2.2 no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3 Instituir, em colaboração entre a União e Estado e, um conjunto municipal de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

7.4 Induzir processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

7.5 Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.6 Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.

7.7 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

7.8 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.

7.9 Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre as Secretarias Municipais de Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.10 Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

7.11 Universalizar, em colaboração com a União, Estado até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

7.12 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União, Estado, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet.

7.13 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.14 Assegurar, em regime de colaboração com os entes federados, à todas as escolas públicas de educação básica o fornecimento de energia elétrica, abastecimento de água potável, esgoto sanitário e manejo dos resíduos sólidos.

7.15 Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais.

7.16 Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União, o Estado , na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.17 Informatizar a gestão das escolas públicas e da secretaria de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.

7.18 Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.19 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

7.20 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.21 Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais, e as formas particulares de organização do tempo.

7.22 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os estudantes com deficiência.

7.23 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

7.24 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando o fortalecimento à rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.25 Colaborar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.26 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.27 Criar, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, o sistema estadual de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.

7.28 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

7.29 Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.

7.30 Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média estadual, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste Plano, as diferenças entre as médias dos índices do Estado e dos Municípios.

7.31 Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica acessibilidade física, garantindo aos estudantes espaços para a prática esportiva, acesso a bens culturais e artísticos, equipamentos e laboratórios de ciências.

7.32 Institucionalizar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado.

7.33 Fomentar a criação da biblioteca com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissional especializados e capacitados para a formação de leitores.

7.34 Instituir, em regime de colaboração entre os entes federados, política de preservação da memória municipal.

7.35 Promover a regulação e supervisão da oferta da educação básica nas redes pública e privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.

7.36 Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógicos e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

7.37 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

**Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).**

8.1 Oferecer programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados.

8.2 Ampliar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais aqui considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.

8.3 Estimular a participação em exames de certificação e conclusão dos ensinos fundamental e médio e garantir acesso gratuito a esses exames, em regime de colaboração com o Estado.

8.4 Expandir a oferta gratuita de educação profissional por parte das entidades públicas e privadas, para os segmentos populacionais aqui considerados, em regime de colaboração com o Estado e a União.

8.5 Promover entre órgãos governamentais, de forma intersetorial, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos de absenteísmo em conjunto com o Estado garantir a frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.6 Promover o envolvimento de órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

8.7 Colaborar com o Estado, para garantir a oferta de Ensino Médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo, assegurando condições de acesso e permanência na sua própria comunidade.

8.8 Reduzir as desigualdades regionais e étnico-raciais, garantindo o acesso igualitário e a permanência na educação profissional técnica de nível médio e superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

8.9 Efetivar políticas de educação do campo que garantam a universalização da educação básica com acesso e permanência no próprio campo.

8.10 Fomentar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta.

8.11 Consolidar a educação escolar no campo, respeitando a articulação entre o ambiente escolar e comunidade; garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, considerada as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação.

**Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.**

9.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos, a todos que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

9.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos em regime de colaboração com o Estado.

9.3 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo busca ativa em regime de colaboração entre o Estado em parceria com organizações da sociedade civil.

9.4 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.

9.5 Executar ações de atendimento ao estudante da educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde e assistência social.

9.6 Apoiar, técnica e financeiramente, projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.

9.7 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.

9.8 Implementar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

9.9 Garantir a distribuição de material didático, em parceria com o Estado, e o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como garantir o acesso dos estudantes da EJA aos diferentes espaços da escola.

9.10 Implementar em parceria com o Estado currículos adequados às especificidades da EJA para promover a inserção no mundo do trabalho, inclusão digital e tecnológica e a participação social.

9.11 Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

**Meta 10: Oferecer, no mínimo, 10% (dez por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, até ao final da vigência do Plano.**

10.1 Aderir em parceria com os entes federados à Educação Profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, na perspectiva da educação inclusiva.

10.2 Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

10.3 Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, em parceria com o Estado e União.

10.4 Aderir à programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.

10.5 Diversificar o currículo da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes.

10.6 Fomentar o desenvolvimento de metodologias específicas, bem como os instrumentos de avaliação, garantindo o acesso a equipamentos, laboratórios e aos diferentes espaços da escola.

10.7 Garantir a formação continuada, em regime de parceria com o Estado e Instituições de ensino superior, e tecnológica digital de docentes das escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

10.8 Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

10.9 Aderir ao Programa Nacional de Assistência ao Estudante, desenvolvendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional.

**Meta 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da expansão no segmento público.**

11.1 Participar da política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

11.2 Estimular a oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino, com o apoio da União.

11.3 Estimular a oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, assegurado padrão de qualidade.

11.4 Reestruturar as escolas de educação profissional levando-se em consideração as especificidades de cada curso, a necessidade de máquinas e equipamentos, implementos didáticos e tecnológicos, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos.

11.5 Incentivar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.

11.6 Incentivar e apoiar os programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico nas instituições credenciadas.

11.7 Apoiar a institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.

11.8 Apoiar e incentivar o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, de acordo com os seus interesses e necessidades, desde que haja espaço físico adequado.

11.9 Apoiar programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

11.10 Incentivar a redução das desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

11.11 Utilizar os dados do Sistema Nacional de Informação Profissional e as consultas promovidas junto a entidades empresariais de trabalhadores para ofertar formação nas instituições especializadas em educação profissional.

11.12 Apoiar a garantia dos estudos e pesquisas sobre a articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município.

**Meta 12: Articular, com a União, a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior públicas e comunitárias.**

12.1 Buscar junto à União e Estado parcerias para criação de Polos e/ou Universidades no município, garantindo acesso da população ao ensino superior.

12.2 Estimular, em parceria com o Estado e União, a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, em todas as áreas*,* bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas na região.

12.3 Manter e garantir a oferta das licenças de qualificação profissional remuneradas, aos professores efetivos e para demais profissionais que atuam na educação básica.

12.4 Apoiar e divulgar as instituições de educação superior que aderirem e participarem dos programas de apoio financeiro do Governo Federal.

12.5 Incentivar, no âmbito de sua competência, ações que visem assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

12.6 Adotar e supervisionar, com a participação da União, políticas de inclusão e de ação afirmativa na forma da lei, para o acesso e permanência nos cursos de graduação, de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, egressos da escola pública, afrodescendentes, comunidades tradicionais, povos do campo, indígenas, quilombolas e para pessoas do público da educação especial, e outros extratos sociais historicamente excluídos.

12.7 Assegurar, na forma da lei, condições de acessibilidade às pessoas da educação especial, nas instituições de ensino superior.

12.8 Fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Município.

12.9 Articular, com a União, a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita, atendendo a todas as regiões do Município, considerando as especificidades da população do campo.

12.10 Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

**Meta 13: Articular, com a União, a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência do Plano**

13.1 Considerar, na avaliação das instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e a distância, no âmbito do sistema estadual de ensino, as informações advindas dos órgãos/sistemas de avaliação da educação superior nacional, para os processos de autorização de cursos, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições.

13.2 Articular com a União, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13.3 Buscar de forma articulada com a União, a oferta de programas de pós-graduação stricto sensu.

13.4 Promover, de forma articulada com a União, a formação inicial e continuada dos profissionais e docentes formadores.

**Meta 14: Fomentar, em articulação com a União, a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 2.400 (dois mil e quatrocentos) mestres e 900 (novecentos) doutores, até ao final da vigência do Plano.**

14.1 Estimular a procura do financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação stricto sensu;

14.2 Colaborar na institucionalização de programa nacional de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

14.3 Buscar a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais.

**Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e os Municípios, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política estadual de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.**

15.1 Apoiar o acesso ao financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), na forma da Lei nº 10.861/2004, inclusive a amortização do saldo devedor pela docência efetiva na rede pública de educação básica.

15.2 Instituir e consolidar, uma plataforma eletrônica em âmbito municipal, com dados de formação de todos os professores, para organizar a demanda/oferta de matrículas em cursos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação no município.

15.3 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, ofertando de acordo com a necessidade abertura de estágios no âmbito municipal.

15.4 Pleitear programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas, sendo que os profissionais não habilitados deverão regularizar sua formação no prazo de 5 anos a partir da data de aprovação deste PME.

15.5 Garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviços, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino.

15.6 Incentivar a busca de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do Magistério.

15.7 Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

15.8 Visar a promoção de programas de capacitação para docentes da educação, voltados à complementação didático-pedagógica dos profissionais sem habilitação para o magistério, que atuam na rede pública.

15.9 Instituir, em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional.

15.10 Ampliar as políticas e programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais.

15.11 Pleitear o uso das tecnologias e conteúdos multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim.

15.11 Divulgar o programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam.

15.12 Buscar a implementação de programas de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica.

15.13 Visar a implantação de portal eletrônico para subsidiar a atuação dos profissionais da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

**Meta 16: Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.**

16.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Município.

16.2 Buscar parcerias para consolidação de política municipal de formação, em nível de pós-graduação para professores da educação básica.

16.3 Criar e/ou consolidar um permanente programa, definido em legislação, de afastamento remunerado dos professores e profissionais da educação básica, para cursar pós-graduação stricto sensu considerando as necessidades mais urgentes.

16.4 Garantir e consolidar a formulação e efetividade de políticas públicas que ampliem a mobilidade docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, com licença remunerada durante o período em que estiver cursando, tendo em vista a qualificação da formação de nível superior.

16.5 Incentivar os profissionais da educação a buscar o acesso ao portal eletrônico do Governo Federal que subsidiem a atuação dos professores da educação básica.

16.6 Buscar parcerias junto ao Governo Federal e Estadual propiciando a oferta de bolsas de estudo integral de pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica.

16.7 Buscar em parceria com o Governo Federal e Estadual a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio de programas que incentivem ao acesso aos bens culturais disponíveis.

16.8 Diagnosticar e buscar políticas públicas que atendam efetivamente as demandas específicas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado aos professores que lecionam nas escolas do campo.

16.9 Buscar parcerias com o Programa Estadual de Formação de Professores e profissionais da educação básica e suas modalidades a oferta de cursos de pós-graduação – lato sensu e stricto sensu – vagas, acesso e condições de permanência nas instituições de ensino superior públicas.

**Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.**

17.1 Constituir, por iniciativa do Ministério da Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PNE, fórum permanente, com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional e correção progressiva na tabela do plano de carreira, para os profissionais do magistério público da educação básica.

17.2 Constituir como tarefa do fórum permanente o acompanhamento da evolução salarial por meio de indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, periodicamente divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

17.3 Implementar, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de Carreira para os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho.

17.4 Ampliar a assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos (as) profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

17.5 Garantir até o sexto ano de vigência deste PME a equiparação de rendimento médio dos profissionais da educação ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

**Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.**

18.1 Estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PNE, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.

18.2 Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

**Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.**

19.1 Priorizar o repasse de transferências voluntárias do Estado, na área da educação, para os Municípios que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando a legislação nacional, considerando, conjuntamente, para a nomeação dos diretores de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar.

19.2 Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

19.3 Consolidar o Fórum Permanente de Educação envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, bem como incentivar e oferecer suporte técnico aos Municípios para constituí-lo, com o intuito de: a) coordenar a conferência estadual, regional, intermunicipal e municipal, bem como acompanhar e avaliar o processo de implementação de suas deliberações; b) efetuar o acompanhamento da execução do Plano e dos planos municipais de educação; c) debater o financiamento da educação e as diretrizes curriculares do sistema estadual; d) promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação, do Fórum Estadual de Educação e dos Fóruns de Educação dos Municípios; e) acompanhar, junto a Assembleia Legislativa, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Estadual de Educação.

19.4 Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

19.5 Estimular, em todas as redes de educação básica, a aprovação de leis municipais de criação de conselhos escolares.

19.6 Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

19.7 Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

19.8 Estabelecer diretrizes para a gestão democrática da educação, no prazo de um ano, contado da aprovação deste Plano e assegurar condições para sua implementação.

19.9 Aprovar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica e profissional da rede pública, no prazo de um ano após a publicação deste Plano.

19.10 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência.

19.11 Criar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.

19.12 Fortalecer os conselhos superiores das instituições de ensino superior públicas e privadas.

19.13 Estimular a criação e o fortalecimento de conselhos superiores nas instituições de ensino superior, do qual participam todos os segmentos da comunidade universitária.

19.14 Estimular, em todas as instituições de ensino superior, a constituição e fortalecimento de diretórios acadêmicos assegurando-lhes espaços adequados para o bom funcionamento.

19.15 Estimular a gestão democrática da educação, por meio da participação da comunidade escolar e local, no âmbito das instituições de ensino superior e escolas de educação básica, prevendo recursos e apoio técnico da União.

19.16 Consolidar e fortalecer os conselhos estadual e municipais de educação como órgãos autônomos (com dotação orçamentária e autonomia financeira e de gestão), plurais (constituído de forma paritária, com ampla representação social) e com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras.

19.17 Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar ou órgãos equivalentes, com base nos princípios democráticos, mediante: realização de Seminário anual para Conselho Escolar articulado com Associação de Pais e Professores (Após) e Grêmios Estudantis e organizações afins; realização de cursos para pais, professores, funcionários e estudantes; e, fomento à integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal, regional e estadual.

19.18 Criar comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas.

19.19 Aprimorar os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e avaliação dos gastos com educação pela sociedade, pelos Conselhos Escolares e Associação de Pais e Professores, viabilizando ou promovendo ampla divulgação do orçamento público, efetiva transparência nas rubricas orçamentárias e o estabelecimento de ações de controle e articulação entre os órgãos responsáveis, assegurando o gerenciamento e fiscalização dos recursos públicos destinados às escolas.

19.20 Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Plano de Desenvolvimento da Escola, no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão.

19.21 Definir critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados, objetivando chegar ao mínimo necessário e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação.

19.22 Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito estadual, regional e municipal.

**Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.**

20.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

20.2 Acompanhar a aplicação da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

20.3 Destinar à manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal.

20.4 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Funde, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios.

20.5 Desenvolver, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica e superior pública, em todas as suas etapas e modalidades.

20.6 no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PNE, será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial – CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade – CAQ.

20.7 Implementar o Custo Aluno Qualidade – CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.

20.8 Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

20.9 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

20.10 Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

20.11 Buscar, junto à União, a complementação de recursos financeiros para o Estado e os Municípios que comprovadamente não atingirem o valor do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi) e, posteriormente, do CAQ.

20.12 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e demais instrumentos orçamentários da União, do Estado e dos Municípios, dos planos municipais de educação e os respectivos Pipas, LDOs e LOAs, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

20.13 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação.

20.14 Garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade e gratuidade do ensino, na formação e valorização do magistério, na organização escolar, prioritariamente, em escolas públicas.

20.15 Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino.

20.16 Garantir aquisição de equipamentos para cozinha visando atender às necessidades das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

20.17 Garantir padrões adequados de infraestrutura das cozinhas das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.

IRINEÓPOLIS, JUNHO DE 2015.

1. SAEDE – nomenclatura dada pela resolução do Conselho Estadual de Educação 112/2006. [↑](#footnote-ref-1)
2. Secretaria de Alfabetização e Diversidade [↑](#footnote-ref-2)
3. O Programa é instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10. [↑](#footnote-ref-3)
4. O Programa Ensino Médio Inovador – Proemia, instituído pela Portaria n. 971, de 9 de outubro de 2009, integra as ações do Plano de Desenvolvimento de Educação – PDE, como estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio. [↑](#footnote-ref-4)
5. O tempo de planejamento, estudo e avaliação é calculado sobre hora/aula de 45 minutos [↑](#footnote-ref-5)